

Pedra & Cal

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Igreja dos Paulistas
**Resgatar
o esplendor
do Barroco**

**Recuperação
dos Paços do Concelho**
**A integração
dos saberes**

**O núcleo de escultura
do Mosteiro de Alcobaça**

Património Móvel e Integrado

Ano VI - N.º 26 Abril / Maio / Junho 2005 - Publicação trimestral - Preço € 4,48 (IVA incluído)



Avaliação da segurança das construções face à acção sísmica (2.ª parte)

Património Arquitectónico e Construções Antigas. Só.



*Sendo o património obra
dos antigos construtores,
são os construtores de hoje,
organizados em empresas
devidamente estruturadas,
quem está melhor posicionado
para realizar, em obra,
as intervenções necessárias
para a sua conservação
e restauro.*

*Estas actividades não podem,
no entanto, ser abordadas
pelos métodos actualmente
vulgarizados da Construção
Civil e Obras Públicas, antes
fazem apelo a um conjunto
específico de disciplinas
e a uma postura
substancialmente diferente,
envolvendo maior contenção,
rigor e responsabilidade.*

**Declaração de princípios
do GECORPA,
Janeiro de 1998**



Legenda (de cima para baixo):
Fachada da Igreja de Brotas após
intervenção;
Aplicação da técnica de *facing*
no conjunto azulejar de
revestimento da Igreja de Brotas;
Pormenor do embrechamento
de pedra vulcânica e quartzito
das "Portas de Coimbra", Buçaco;
Reforço de coberturas de madeira
do mercado da Mina de São
Domingos;
Recuperação e manutenção
da Ponte de Vila Formosa.

Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

Alvará de Construção N.º 28883

Rua Pedro Nunes, 27 - 1.º Dto. • 1050-170 Lisboa • Tel.: 213 593 361 • Fax: 213 153 659

info@monumenta.pt • www.monumenta.pt

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 26 - Abril/Maio/ Junho 2005

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Córias e Silva

Coordenação: Cátia Marques

Conselho redactorial: João Appleton, João Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

Alexandra Curvelo, Alexandra Sobreira, António Craveiro, António Ressureição, Carlos Beloto, Carlos Ferreira, Carlos Moura, Fernando Duarte, Francisco da Silva Dias, Frederico Henriques, Isabel Costeira, João Varandas, Jorge Rodrigues, José Alberto Ribeiro, José Maria Lobo de Carvalho, Luís Seixas, Mariana Basto, Mário Nascimento, Miguel Brito Correia, Miguel Garcia, Miguel Resende, Miguel Silva, Nuno Teotónio Pereira, Ricardo Lucas Branco, Solange Almeida

Design gráfico e produção:

Loja da Imagem

Rua Poeta Bocage, n.º 13 - B

1600-581 Lisboa

Tel.: 210 109 100, Fax: 210 109 199

E-mail: geral@lojadaimagem.pt

Publicidade:

Loja da Imagem

Rua Poeta Bocage, n.º 13 - B

1600-581 Lisboa

Tel.: 210 109 100, Fax: 210 109 199

E-mail: geral@lojadaimagem.pt

Impressão: Onda Grafe - Artes Gráficas, Ld.ª

Rua da Serra, n.º 1 - A-das-Lebres

2670-791 S.º Antão do Tojal

Distribuição: VASP S.A.

Depósito legal: 128444/98

Registo na DGCS: 122548

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 3000 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

Capa



Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Lisboa
Foto: Francisco da Silva Dias

EDITORIAL 2

REPORTAGEM 4

FRESS
A mestria de saber perpetuar a História
(Alexandra Sobreira)

CASO DE ESTUDO 8

Igreja dos Paulistas
Resgatar o esplendor do Barroco
(Ricardo Lucas Branco e José Alberto Ribeiro)

11
Restauro do mosaico romano
Painéis já intervencionados
(Carlos Beloto)

12
Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho de Lisboa
A integração dos Saberes
(Francisco da Silva Dias)

14
Fundação Calouste Gulbenkian
O apoio ao Património
(Jorge Rodrigues)

16
Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
Conservação e Restauro de figuras com História
(Isabel Costeira, Fernando Duarte, Luís Seixas)

REFLEXÕES 17

As Esculturas de barro do Mosteiro de Alcobaça:
Um olhar crítico
(Carlos Moura)

18
A madeira como suporte na pintura:
Um olhar pelo *versu*
(Frederico Henriques e Miguel Garcia)

20
Património Integrado e Arte Colonial Portuguesa
Breve Apontamento
(Alexandra Curvelo)

22
Arte Contemporânea: quais os critérios de conservação e restauro?
(Mariana Basto)

UMA FIGURA DO PASSADO 24

Casa Veva de Lima
Um Património doado à cidade
(Mário Gouveia e Mário Nascimento)

ERRATA

Na passada edição da Pedra & Cal, n.º 25, no artigo "A experiência do Instituto Português do Património Arquitectónico" (p. 10 e 11), foi referida a autoria do texto como sendo de Maria M. B. Magalhães de Barros. Na verdade, este texto foi escrito por Maria M. B. Magalhães Ramalho. No mesmo artigo, a fotografia com a legenda Claustro do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, ilustra, na realidade, o Convento de São Francisco de Santarém, interior da capela das Almas. Por estes factos, apresentamos o nosso sincero pedido de desculpas à autora visada, bem como aos nossos leitores.

Tema de Capa:

Património Móvel e Integrado

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DA EUROPA NOSTRA 26

O impacte da energia eólica nas zonas rurais

PROJECTOS & ESTALEIROS 30

Avaliação da segurança dos construções face à acção dos sismos (segunda parte)
(António Ressureição, António Craveiro)

32
Reabilitar o Património
(João Varandas)

PERFIL DE EMPRESA 33

36
MATERIAIS & SERVIÇOS
Preservar o Sabor
(Carlos Ferreira e Miguel Silva)

37
Fixações com "Bucha Química"
Certificação obrigatória ETA/CE alargada à resina para fixação

AS LEIS DO PATRIMÓNIO 38

O acto público: modo de usar
(Miguel Resende)

DIVULGAÇÃO 40

Museu do Canteiro
Percursos da tecnologia da pedra
(Solange Almeida)

AGENDA 41

NOTÍCIAS 42

VIDA ASSOCIATIVA 44

e-pedra e cal 45

Conservação: vítima do seu próprio sucesso
(José Maria Lobo de Carvalho)

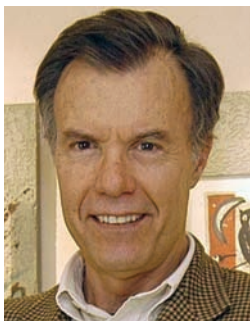
LIVRARIA 46

CONSULTÓRIO GECORPA 48

ASSOCIADOS GECORPA 49

PERSPECTIVAS 52

Construir, em vez de reabilitar
Os custos escondidos de políticas erradas
(Nuno Teotónio Pereira)



Pobres e esbanjadores

É típico das sociedades menos desenvolvidas terem dificuldade em aproveitar bem todos os recursos de que dispõem. Ao contrário, assiste-se, nos países mais “ricos”, a um desperdício menor, tirando-se partido dos recursos de uma forma mais rigorosa e eficaz. Por isso, os países pobres e atrasados são-no, em grande parte, mais por culpa própria do que alheia.

Portugal dispõe de valiosíssimo e variadíssimo património, seja na esfera *cultural* – de que o património arquitectónico é apenas uma parte – seja na esfera *natural*, com as suas serras e planícies, os seus estuários e o seu extenso litoral.

O património móvel e, também, o património dito *integrado*, isto é, aqueles bens culturais que fazem parte ou estão fisicamente adstritos aos imóveis, são exemplos de recursos que poderiam ser melhor explorados, se postos ao serviço de um turismo de qualidade. É essa a ideia que ressalta do conteúdo deste número da *Pedra & Cal*.

Sofremos, no entanto, o estigma dos pobres: em lugar de procurar atrair visitantes cultos e selectivos, que nos escolham como destino turístico para connosco usufruírem a nossa herança histórica e a nossa riqueza natural, parecemos apostados em maximizar o *turismo de sol e lua* – praia durante o dia e copos durante a noite – fórmula enganosa de que outros, mais avisados, se estão a livrar. De facto, os nossos governantes arranjam todos os meios – legais ou ínvios – para “agilizar” o licenciamento de mais urbanizações, mais hotéis, mais *resorts*, aparentemente esquecidos de que somos um país pequeno, de que a nossa infraestrutura de abastecimento de água e saneamento não pode suportar tanta gente, de que importamos quase tudo o que esse turismo massificado exige: desde a comida com que se alimenta até à energia e aos combustíveis que gasta.

Isto no curto e médio prazo: porque a longo prazo os danos de uma tal política – que se faz sobre os nossos filhos e netos – são incalculáveis: uma orla costeira betonizada, o melhor das nossas áreas protegidas *resortizadas* e os nossos centros históricos embalsamados no meio de um urbanismo caótico.

Estarei a ser catastrofista? Receio bem que não, se não mudar a visão de quem nos governa e, sobretudo, se não contribuirmos para que surja rapidamente uma *massa crítica* de cidadãos responsáveis e exigentes, que estimulem e promovam essa mudança.

V. Córias e Silva

Notas:

⁽¹⁾ Manuel Castells, em recente entrevista ao “Público”: “...esse modelo é insustentável porque é mais fácil fazê-lo noutros países do Terceiro Mundo, mais baratos e menos deteriorados ambientalmente.”

Quadro de Honra

Pedra
& Cal



A. LUDGERO
CASTRO



MONUMENTA

Conservação e Restauro do
Património Arquitectónico, Ld.ª

Onduline

ONDUPORTUGAL - Materiais de
Construção, S.A.



Diagnóstico, Levantamento e Controlo de
Qualidade de Estruturas e Fundações, Ld.ª



Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECORPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista **Pedra & Cal**.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECORPA

FRESS

A mestria de saber perpetuar a História

A Conservação e Restauro do Património Integrado em Portugal tem, na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, um dos seus importantes pilares. É da nossa História que nos fala o património e, neste antigo palácio, essa realidade assume uma dimensão diferente. O tempo ganha um ritmo próprio, até porque, neste campo, falamos de Arte, para a qual a pressa é inimiga da perfeição.



Modelos de trabalho de talha na FRESS

Criada em 1953, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva assume-se como um Museu-Escola para a preservação das Artes Decorativas Portuguesas e dos Ofícios a estas afectos. O banqueiro que, além do Palácio Azurara e da sua ímpar Colecção de Arte, deu o nome à Fundação é, merecidamente, encarado como Pai desta casa. A admiração por este homem que tanto contribuiu para a preservação do nosso património está bem patente, não só na forma como é referido por todos com quem conversámos, como na imagem exposta em muitas das salas. O seu exemplo e dedicação às artes é, aliás, bem definido por aqueles que o

comparam a um “Príncipe da Renascença”. Pensar na preservação do património desta forma foi, sem dúvida, inovador para a sua época, como nos reforça a assessora da direcção, Inês Holtreman. Perante esta doação, o Estado português concedeu à Fundação contrapartidas, estando, neste momento, sob a tutela dos Ministérios da Educação, da Cultura e das Finanças. Os Estatutos originais, que se mantêm até aos dias de hoje, irão ser revistos, tendo sido já criada uma comissão para este fim.

Num momento em que “tudo tem que ser feito para ontem”, onde se privilegiavam as peças massificadas e os preços

mais reduzidos, muitos há que não sabem dar valor ao trabalho, dedicação e singularidade de cada peça. Contudo, é importante lembrar que vivemos igualmente tempos marcados pela diversidade e diferença, existindo, felizmente, um determinado nicho de mercado que valoriza e reconhece o significado destas peças criadas ou preservadas por quem defende a excelência. Não podemos nunca esquecer que se tratam de verdadeiros clássicos que nunca passam de moda. São peças únicas, com uma história própria. Como é sublinhado por quem aqui colabora, mesmo que existam duas peças se-



Telmo Miller

Responsável da Oficina de Restauro, Alda Abreu



Telmo Miller

Mestre de Marcenaria, José Pereira



Telmo Miller

Trabalhos de restauro na FRESS

melhantes, a atenção dedicada e o pormenor de cada uma tornam-nas únicas! A formação de jovens é, certamente, uma das importantes vertentes deste projecto, que procura, assim, preservar o *know-how*, herança de diferentes gerações. Não descurando uma perfeita harmonia entre passado e presente, aposta-se numa contínua pesquisa por novos materiais, novas técnicas – colocados ao serviço da preservação do saber fazer. Aquilo que se pretende é compreender como as coisas foram feitas, a sua própria História, entendê-la e recontá-la, para que a intervenção seja levada a cabo de uma forma efectiva e harmoniosa.

O trabalho desenvolvido por esta instituição pode ser, segundo a responsável da oficina de restauro, Alda Abreu, como o de uma bitola, de orientação e de ensino, sobre o que se faz nesta área e como deve ser feito. Também por isso a formação contínua é indispensável. O querer fazer e o perseguir a excelência é um compromisso assumido abertamente. Aliás, como nos explica a nossa interlocutora enquanto nos vai guiando por este espaço, trabalhar aqui é muito mais do que simplesmente ter uma profissão, é uma forma de estar na vida. Só com paixão se concretizam estes objectivos, tanto mais quando em causa está um trabalho extremamente minucioso. Deve ser por isso que, nesta Fundação, é evidente o orgulho comum nas obras, resultado final de tanta dedicação.

O TRABALHO DE PRESERVAR A HISTÓRIA

O trabalho de Conservação e Restauro segue sempre um percurso próprio e definido. Começa-se por elaborar um diagnóstico do estado de conservação das peças. Depois, a proposta de intervenção e o respectivo orçamento, tendo em conta o rigor indispensável no tratamento de qualquer restauro. Finda esta fase, decorrem os estudos prévios. Após a aprovação da proposta, inicia-se a intervenção. Ao longo das várias fases, procede-se a registos fotográficos de acompanhamento, úteis para os relatórios de intervenção, que, no final, sempre documentam tudo o que foi empreendido. Todavia, o património é parte integrante de uma cultura nacional, pelo que cada caso varia de país para país, de cultura para cultura. Se os objectivos são claros, existem abordagens diferentes para uma mesma questão, dependendo das equipas e situações. Por vezes, metodologias e critérios de abordagem dispares traduzem-se em intervenções distintas. A título exemplificativo, Alda Abreu relembra a recuperação do Convento de Santo António, em Iguarassu, no Brasil. Com a duração de 27 meses, foi um autêntico desafio, quer pela diversidade, quer pelo contacto humano – neste projecto estavam envolvidas equipas do Brasil, de Portugal e Espanha. Por outro lado, o facto de estar longe do país de origem e da casa-mãe, implicou, necessariamente, soluções diferentes para as questões com as quais se deparou. Neste, como em mui-

tos outros projectos, sobressaiu o trabalho em equipas pluridisciplinares, de disciplinas como a História e a Arquitectura. Um testemunho da importância da troca de conhecimentos.

CINQUENTA ANOS DE OBRA FEITA

Ao longo dos cerca de 50 anos de existência, a Fundação tem uma história plena de riqueza que passa, obrigatoriamente, pelas obras realizadas. Para nos falar das mesmas, ninguém melhor do que o Mestre de Marcenaria José Pereira, colaborador da Fundação há mais de 40 anos – um percurso profissional que se confunde com a própria História da casa. A maioria das oficinas caracteriza-se pela integração, especialmente nas áreas de marcenaria, embutidos, talha, serralharia, cinzelagem e polimento – cuja colaboração é fundamental para a construção de qualquer peça de mobiliário. Na verdade, aqui são desenvolvidas réplicas, com a preocupação contínua de jamais se confundirem com as originais. Todas as réplicas criadas recebem uma marca a ferro com a indicação do ano em que foram feitas, assim como o número de série. Algumas das peças criadas nos primeiros anos da Fundação conquistaram já uma longevidade que lhes atribui um grande valor monetário. Os trabalhos feitos por encomenda do Governo francês para os Palácios de Versailles e de Fontainebleau e para a Biblioteca Nacional de Paris marcaram, sem dúvida, o trabalho desta casa e contribuíram para o seu prestígio internacional. De salientar, ainda, os



Telmo Miller



Telmo Miller



Telmo Miller



Telmo Miller



Telmo Miller

Pormenores do trabalho na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva


trabalhos decorrentes do sismo de 1980 nos Açores, que implicaram tarefas de recuperação em várias igrejas do arquipélago, tendo a duração de seis anos. Também a intervenção na Procuradoria-Geral da República, onde, após o restauro estar concluído, um incêndio destruiu muito do que tinha sido realizado. Só os registos da Fundação permitiram que se recuperasse um património tão valioso. Outros exemplos, passam pela intervenção feita no mobiliário do Mosteiro de Alcobaça, os trabalhos desenvolvidos, por encomenda do Governo português para as embaixadas de Portugal em Washington, Rio de Janeiro, Pequim, Roma e Bruxelas, assim como a decoração de interiores e de peças de mobiliário para, entre outros, o Hotel Ritz e o Palácio de Seteais.

A Fundação Ricardo Espírito Santo Silva é singular em algumas áreas. Exemplo desta singularidade é a preservação de um tipo de ofício único em Portugal: o bater do ouro à mão. Curiosamente, é um trabalho que, apesar de elevada exigência física, é aqui desempenhado no feminino. Célia Madeira e Fernanda Maurício apresentaram-nos a sua arte. O ouro,


de 23 quilates, chega aqui em forma de barra e é fundido a 1000 graus centígrados. Posteriormente, laminado em fita com cerca de seis a sete metros, é cortado em pequenos quadrados, colocados entre folhas de tripa de boie envolto em pergaminho. Este pequeno volume é batido com um martelo de cinco quilos. Na fase final do processo, as folhas de ouro são recortadas em pedaços menores, intercalados entre folhas de poliéster e envoltos em pergaminho são batidos com um martelo de três quilos. Finaliza com a separação e colocação em livros de 25 folhas de oito por oito centímetros, para, assim, seguir para outras oficinas da Fundação. Por exemplo, uma barra inicial de 100 gramas transforma-se em aproximadamente 2500 folhas de ouro.

A preservação de ofícios únicos é somente uma das vertentes do papel da Fundação na sociedade. O Mestre José Pereira faz questão de frisar esta missão, salientando que a preservação e a conservação do nosso património requerem um acompanhamento das obras realizadas, quando não seja possível a intervenção directa da Fundação. O apoio da Fundação poderá basear-se

no aconselhamento técnico, na opinião sobre quais as melhores técnicas para uma determinada situação ou quais os melhores materiais. Um contributo materializado na análise concreta das especificidades de determinadas situações. Caso exemplar desta função é o estudo técnico e histórico dos interiores do Palácio Sotto Mayor, com a elaboração do caderno de encargos da obra de reabilitação. O trabalho desenvolvido entre estas diferentes entidades deverá, à semelhança de tudo o que é feito em Restauro, ser realizado em equipa.

Pensando no futuro desta casa de defesa das artes, todos esperamos que tenha pela frente, pelo menos, mais 50 anos. Para isso, é necessário que a sociedade em que vivemos incentive este tipo de actividade, que se aposte numa educação em que se fomente o gosto e a capacidade de apreciar o Património, especialmente junto dos mais jovens, dando, assim, continuidade ao trabalho de preservação e ensino iniciado pelo mentor Ricardo Espírito Santo Silva. 

Reportagem por
ALEXANDRA SOBREIRA, Loja da Imagem



Onduline Sub-Telha, contribui para a protecção divina do seu telhado

Onduline

ROOF SYSTEMS

SUB-TELHA • PAINEL SANDWICH



Onduline Sub-Telha



Ondutherm Painel Sandwich



Onduline Sub-Telha: Sistema de impermeabilização de coberturas (revestidas a telha cerâmica) económico e de fácil aplicação, que protege de forma segura e duradoura, sem alterar a estética das habitações e de acordo com a legislação em vigor para execução de coberturas.

Painel Sandwich Ondutherm: Elemento estrutural para execução de coberturas inclinadas. Constituído por uma face de aglomerado hidrófugo, núcleo de isolamento térmico em Poliestireno Extrudido e acabamento variado (madeira, gesso, etc). Comercialização feita em painéis standard de 2500x600mm, com várias espessuras dos seus componentes que poderão ser alterados de forma a satisfazer as necessidades específicas de cada obra.

Linha directa dpt. técnico ONDULINE

info@onduline.pt

www.onduline.pt

Onduline

OnduPortugal, S.A.

Rua das Lages, 524 • 4405-231 Canelas VNG

Telefone 227 151 230 • Fax 227 123 788



Igreja dos Paulistas

Resgatar o esplendor do Barroco



Órgão da igreja com a maquinaria e parte dos tubos já retirados para restauro



Pinturas e talha joanina da capela-mor após os restauros

INTERVIR NO PATRIMÓNIO INTEGRADO MONUMENTAL

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), através da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana (DM-CRU), tem vindo a apoiar a reabilitação de uma série de igrejas e monumentos do centro histórico da cidade.

Os monumentos reabilitados são, na sua maior parte, imóveis classificados, alguns mesmo monumentos nacionais, pelo que seria lógico admitir que a sua preservação e manutenção deveria caber às entidades competentes, como a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), ou o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Todavia, é hoje evidente a dificuldade destas instituições em acudirem a um tão grande número de edifícios, sobretudo de forma adequada às suas permanentes necessidades de conservação. A maioria das paró-

quias que os utilizam, por sua vez, debate-se também com inúmeros problemas, sendo os seus limitados recursos quase totalmente absorvidos por obras sociais de apoio às comunidades locais. Daí que a CML, através desta Direcção, tenha tomado a iniciativa de apoiar a reabilitação destes monumentos, tendo a prioridade sido dada ao património integrado dos interiores, invertendo processos de degradação que em muitos deles se tinham já tornado preocupantes. Um dos casos que tipificava esta situação era a Igreja de Sta. Catarina, na Calçada do Combro, também conhecida por Igreja dos Paulistas. No seu tempo, cabeça de uma ordem religiosa importante (dos Paulistas da Serra de Ossa), é hoje sede de uma paróquia pequena e empobrecida, embora paradoxalmente, em termos patrimoniais, permaneça como uma das maiores e mais ricas igrejas de Lisboa.

Exemplar notável da arquitectura religiosa seiscentista, possui um excepcional programa decorativo no interior, onde sobressaem, além dos altares laterais em talha dourada de “estilo nacional”, a pintura e a talha joanina do órgão, transepto e capela-mor (esta última da autoria do entalhador-arquitecto Santos Pacheco) – considerados expoentes máximos do período barroco. A celeridade da intervenção, neste caso, beneficiou do facto de a igreja ter sido anteriormente alvo de obras ao nível das fachadas e coberturas pela DGEMN. Estas intervenções revestem-se de particular importância, na medida em que visam resolver problemas que afectam as estruturas e coberturas dos edifícios, quase sempre de consequências danosas para as espécies artísticas que estes albergam. Por conseguinte, a correcção de eventuais anomalias na própria construção constitui

condição prévia indispensável para actuar no interior, de modo a não colocar em causa a eficácia das operações de conservação e restauro a realizar.

Verificados os requisitos essenciais na Igreja dos Paulistas, o primeiro passo consistiu numa observação atenta das condições em que se encontravam as espécies do interior, tendo sido elaborado o respectivo diagnóstico preliminar. Este tem por finalidade informar as empresas e os técnicos de restauro a consultar (aconselhados pelo Instituto Português de Conservação e Restauro), sobre quais os problemas e orientações metodológicas principais que devem ter em conta nas suas propostas. De acordo com os critérios preestabelecidos pelo programa, estas devem contemplar a verificação de princípios gerais como:

- Abordagem dos tratamentos, preferencialmente na perspectiva da conservação, partindo do respeito pela obra de arte, pela sua integridade, autenticidade e historicidade sem, no entanto, descurar as intervenções de restauro sempre que estas se justifiquem;
- Respeito pelos materiais de origem, privilegiando, nas diferentes operações, a utilização de materiais idênticos e evitando, tanto quanto possível, a introdução de elementos estranhos aos que compõem as espécies;
- Sempre que os materiais tradicionais não forem os mais eficientes ou indicados para determinada operação, procurar a sua substituição por produtos recomendados para a conservação e restauro, compatíveis com os originais, de qualidade comprovada, estáveis e tanto quanto possível reversíveis;
- Por fim, o cumprimento de todos os procedimentos gerais que, normalmente, qualquer intervenção de conservação e restauro exige, ou seja, o levantamento gráfico e fotográfico das espécies em causa e o correcto diagnóstico das respectivas patologias; estabilização físico-química e neutralização dos factores de degradação, limpeza e consolidação dos diferentes materiais que compõem a obra; reintegração estética/restauro e protecção final.



Capela-mor da igreja após os trabalhos de conservação e restauro

Depois de concluído o processo de consulta e escolhida a empresa e/ou os técnicos responsáveis, deu-se então início aos trabalhos na igreja que, como já foi dito, apesar de ter sido objecto de intervenções pontuais por parte da DGEMN, tinha já atingido um estado de lenta mas indissfarçável decadência, que só através deste programa se tem vindo a inverter. Na capela-mor (já restaurada), o retábulo principal, antes do tratamento, apresentava uma das suas colunas solta, sem qualquer função estrutural e em risco de colapso. O interior da tribuna encontrava-se totalmente escurecido por intervenções anteriores deficientes e pela sujidade, o mesmo acontecendo com a tálha e as grandes pinturas das paredes laterais, então de impossível leitura, bem como o fresco da abóbada, cuja composição e colorido só agora são possíveis apreciar. No transepto (em fase de conclusão), infiltrações sucessivas de águas pluviais provocaram o apodrecimento da estrutura interna de um dos retábulos, o que implicou a sua desmontagem e posterior intervenção de drenagem por parte da DGEMN. A humidade excessiva nas paredes propiciou também o aparecimento de fungos e térmitas nas madeiras onde se encontram colocadas as telas, cujos danos se estenderam às próprias pinturas.

Perante a complexidade que qualquer intervenção neste tipo de espécies acarreta (e que aqui apenas se aflora), é natural que, no contexto do programa da DMCRU, em que a sua reabilitação se enquadra, tivessem que ser encontradas soluções adequadas para a sua correcta execução e acompanhamento, completamente diferentes das adoptadas para outro género de obras, como sejam as de arquitectura, construção civil ou similares. Por isso, procurou-se adaptar os processos de consulta, lançamento e avaliação das propostas dessas áreas, à realidade específica da conservação e restauro de espécies artísticas, sejam elas património integrado ou móvel.

Como se poderá depreender, pelo que ficou dito, este tipo de trabalhos não pode, pelas suas características intrínsecas, ser avaliado numa perspectiva meramente economicista – sobrevalorizando em demasia a importância dos custos em detrimento da análise técnica. Isso significaria desqualificar todo o processo decisório, retirando-lhe os critérios científico-metodológicos que devem nortear a escolha das propostas para uma determinada acção de conservação e restauro. Só desta forma se poderão evitar erros provocados por intervenções arbitrárias, frequentemente de consequências irreparáveis para o património em causa. Património esse que herdámos de gerações anteriores e temos o dever de transmitir às próximas.

INVENTARIAR UMA COLECÇÃO ÚNICA

A Igreja de Santa Catarina ou dos Paulistas, na Calçada do Combro, reúne um acervo artístico praticamente desconhecido mas de grande interesse cultural, pela sua diversidade e valor histórico. Além do património móvel presente no corpo da igreja, existem nas dependências do antigo convento peças que abrangem um período cronológico de fins do século XVI até ao XIX, designadamente cerca de 70 esculturas de vulto, inúmeros paramentos, alguns arcazes do século XVIII, um número significativo de livros impressos da antiga Irmandade dos Livreiros, manuscritos da refe-



Pormenor de um Cristo de marfim (séc. XVIII)



Pormenor do brocado de uma dalmática (séc. XVIII)



Atril do coro-alto (séc. XVIII)

rida irmandade, da Irmandade do Senhor dos Passos, de Nossa Senhora da Nazaré, entre outras. De entre este conjunto de obras, destaque para a colecção de ourivesaria, que reúne obras da primitiva Igreja de Santa Catarina (desaparecida em 1755) e do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa.

Pouco atingida pelo terramoto de 1755 e consequentemente fora da dinâmica de reconstrução que as igrejas limítrofes da Baixa e Chiado sofreram, este imóvel permaneceu mais ou menos esquecido da expansão urbanística dos séculos XIX e XX, numa rua que foi

perdendo movimento e dinâmica para os eixos viários da malha pombalina. Restou ao monumento uma colecção de objectos ligados ao culto quase inalterada. Ao longo dos séculos, a comunidade de fiéis da zona zelou pela segurança das peças aí existentes e conservou como podia.

O Programa de Valorização de Património Monumental e Artístico, iniciado pela DMCRU, estabeleceu como objectivo para este monumento o resgate das suas colecções da degradação e do esquecimento. Neste sentido, em colaboração com o pároco local e a Comissão Paroquial de Santa Catarina, foi estabelecida a cooperação da DMCRU na elaboração do inventário das obras de arte da Igreja de Santa Catarina/Paulistas.

O referido inventário teve início em Julho de 2004 e incidiu, numa primeira fase, sobre a escultura de vulto, ao mesmo tempo que parte do conjunto recebia obras de conservação e restauro. Numa segunda fase, procedeu-se à inventariação dos espécimes de ourivesaria, na sua maioria guardados, quer pela sua raridade – enquanto documentos artísticos únicos – quer pelo valor das peças, certamente utilizadas só por ocasião das celebrações religiosas mais importantes do calendário litúrgico.

O início deste inventário obrigou à

criação de uma ficha normalizada de acordo os critérios geralmente seguidos pelos museus nacionais. O processo de inventariação iniciado encontra-se ainda longe de estar concluído, mas terá de ser encarado como um dos projectos de maior relevo na salvaguarda das colecções da igreja. Além da “obra” que decorre com o restauro de retábulos, pinturas, estuques e órgão, torna-se urgente saber ao certo quais os objectos artísticos existentes para melhor os estudar e conservar.

A grande quantidade de peças e a diversidade das mesmas colocam questões que se prendem com a sua conservação, mas também com a possibilidade de mostrar ao público obras do acervo da Igreja de Santa Catarina/Paulistas. A criação futura de uma pequena estrutura com exigências museológicas – Tesouro da Igreja de Santa Catarina – apresenta-se como um desejo partilhado por todos aqueles que têm estado ligados a este projecto e anseiam partilhar a fruição cultural destes objectos com uma comunidade mais alargada.

RICARDO LUCAS BRANCO,
Historiador da Arte e Técnico
de Conservação e Restauro
JOSÉ ALBERTO RIBEIRO,
Historiador da Arte – Direcção Municipal
de Conservação e Reabilitação Urbana – CML

Restauro do mosaico romano

Painéis já intervencionados

Há muito que se sabe da existência de painéis musivos em Portugal. No entanto, apenas são conhecidas intervenções em mosaicos romanos, a partir do séc. XVIII (1758).

Nem sempre as intervenções em painéis musivos foram efectuadas segundo critérios científicos. Em boa verdade, nessa época, estes ainda nem sequer estavam definidos.

A segunda metade do séc. XIX foi rica em achados e intervenções em painéis musivos, descobertos um pouco por todo o País, em especial no Algarve. Alguns destes mosaicos foram levantados na totalidade, enquanto de outros apenas foram retiradas amostras, normalmente com as figuras ou os motivos geométricos mais apelativos. Após o levantamento, foram encaixilhados e enviados para o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), em Lisboa, onde estão depositados. Neste período, a técnica aplicada baseava-se nos seguintes procedimentos: os mosaicos levantados, na totalidade, eram cortados de forma regular em placas de cerca de um metro quadrado, sendo depois depositados no MNA. O novo suporte consistia em reforçar pelo tardo com cimento armado, mantendo totalmente o suporte. Por fim, refaziam-se os cortes e, por vezes, algumas lacunas. As placas do mosaico ficavam com cerca de 15 centímetros de espessura.

Em 1947, foi descoberta a estação arqueológica de Torre de Palma, em Monforte, Alentejo. O magnífico conjunto de mosaicos descobertos levou a que os responsáveis da época chamassem a Portugal uma equipa de especialistas italianos. Estes dominavam uma técnica revolucionária para a época, que consistia no levantamento do mosaico em placas uniformes de dimensões ajustadas aos seus desenhos. Estas placas eram levantadas com a ajuda de uma tela de pano cru colada sobre a superfície do mosaico. Em seguida, eram limpas de todo o



Mosaico do Oceano (descoberto em 1976), Museu de Faro

suporte original e uma placa de cimento armado, com espessura variável entre cinco e sete centímetros, era fundida pelo tardo. Esta técnica foi utilizada até 1970.

A conservação dos painéis de mosaicos levantados nessa fase coloca hoje algumas questões relativas à sua preservação. Quanto aos mosaicos levantados na totalidade no período anterior a 1947, os danos causados pelo seu armazenamento não foram significativos. Para isso, contribuiu o facto do cimento ter sido aplicado sobre o suporte original, o que criou um isolamento à penetração do cimento até ao tessellato. Neste momento, está em fase de restauro, no Atelier de Restauro de Mosaico Romano do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (MASMO), o mosaico dito de Apolo de Póvoa de Cós, Alcobaça, descoberto em 1905.

Situação muito diferente se verifica nos mosaicos totalmente fundidos em cimento. Aquilo que, na época, parecia uma técnica revolucionária revelou-se um enorme quebra-cabeças, em especial para os mosaicos repostos *in situ*.

Os grandes problemas com estes mosaicos prendem-se com o aparecimento de microrganismos vegetais que enegrecem e, por vezes, destroem as tesselas, assim como com a incompatibilidade entre as argamassas originais e o cimento. Nestes casos, a opção no Atelier do MASMO passa pela remoção total do cimento e pela construção de um novo suporte sintético, tendo sempre em conta as suas características de reversibilidade.

A existência de grande quantidade de painéis de mosaicos nas condições descritas leva-nos a equacionar a capacidade actual de intervenção nestes casos. Para isso, é preciso formar mais técnicos mosaicistas, a fim de que seja possível intervir mais e melhor no património musivo em Portugal.

Esta é uma tarefa que o Atelier do MASMO está em condições de executar.

CARLOS BELOTO,
Técnico de Conservação e Restauro,
Responsável Técnico pelo Atelier
de Restauro de Mosaico Romano
do Museu Arqueológico de S. Miguel
de Odrinhas (MASMO)

Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho de Lisboa

A integração dos Saberes

Na manhã de 7 de Novembro de 1996, um incêndio destruiu a cobertura e os dois pisos superiores dos Paços do Concelho de Lisboa. Como se a acção nociva do fogo não bastasse, a água lançada sobre as chamas e a chuva que nos dias seguintes caiu sobre as ruínas desprotegidas impuseram uma intervenção em todo o edifício, a qual se traduziu num encontro de especialistas do passado e do presente.

“As feridas nos paços do concelho eram profundas. Mas a verdade é que começámos a trabalhar na reconstrução e no restauro nessa mesma tarde” – disse o então presidente da câmara, Dr. João Soares, em Janeiro de 2000, no seu livro *Notas Convenientes e Inconvenientes*.

De imediato, foram traçados os princípios programáticos de carácter político e cultural – as bases da recuperação do edifício:

- Deveria ser representativo do poder municipal e nele teriam assento especialmente a Presidência, a Vereação e os serviços de apoio;
- Era fundamental a recuperação do seu carácter simbólico;
- Abrir-se-ia à população e seria suporte de Arte Pública;
- Toda a acção de restauro seria fiel à contemporaneidade da obra a restaurar;
- Toda a “obra nova” seria feita com recurso a desenho de carácter contemporâneo e tecnologias actuais, compatíveis com as especificações da construção existente.

Os primeiros elementos de projecto datam de 11 de Novembro de 1996, na sequência do programa anteriormente elaborado, sendo neles definidos os critérios gerais de composição – a base de intervenções parcelares:

- Realce do valor icónico do edifício numa tripla vertente – reequilíbrio da sua delicada composição neo-



Salão Nobre: de assinalar a integração discreta das grelhas de ar condicionado e do sistema de detecção de incêndios

clássica, despojando-o de todas as ampliações espúrias; valorização da cobertura (a quinta fachada) e do zimbório (como símbolo do município e elemento memorizável da paisagem urbana da zona); tratamento do espaço fronteiro, reduzindo ao mínimo a presença de viaturas e dotando-o de elementos ricos de evocações (como o pelourinho recolocado, e o emblemático pavimento de vidro preto e branco, aos quais se juntaram exemplos da moderna escultura portuguesa);

- Enriquecimento do espaço interno – desmultiplicação de perspectivas do edifício sobre si próprio, nomeadamente as “perspectivas ao jeito de Piranesi”, que das galerias do átrio central mergulham sobre a escadaria principal;
- Realce do papel da luz zenital na leitura do espaço interno – recuperação dos lanternins do zimbório e criação de “canhões de luz” na galeria do último piso;
- Selecção de materiais, cores e pormenores – proporcionar ambientes sensorialmente agradáveis e compatíveis com as preexistências, sem recurso ao *pastiche*;
- Instalações de electricidade, climatização, telecomunicações, segurança, águas e esgotos, assim como protecção contra descargas atmosféricas, compatíveis com os ambientes a recuperar/criar, em conformidade com normas e legislação em vigor;



Zimbório: reconstrução em chapa de cobre



Perspectiva sobre o átrio principal

- Adopção de processos construtivos – aspectos estruturais, ditados pela garantia de coexistência entre o edificado existente, que não sofreu alterações, e o edificado adicionado ou transformado; aqui, inclui-se a recuperação dos princípios básicos da construção de alvenaria, do uso da madeira e do ferro em pavimentos, como elementos residentes, ou da chapa metálica (cobre) como material de cobertura.

O valor simbólico do edifício, em relação à História de Lisboa, como local onde fora proclamada a República, impôs a decisão política de concluir a sua recuperação antes do dia 5 de Outubro de 1997. Sem afectar a qualidade da obra, esta decisão veio a revelar-se eficaz na responsabilização das intervenções e na eliminação de pontos mortos ou inúteis na cadeia de decisões, tendo inclusivamente influenciado a metodologia adoptada para as tarefas de projecto e obra.

Foi utilizado aquilo que se poderá apelidar de uma atitude renascentista: sob uma ideia global expressa num projecto referente a todo o edifício e ao arranjo da praça fronteira, integraram-se intervenções confiadas a diversos arquitectos e artistas plásticos, seguindo métodos e tendências próprias.

Num processo de recuperação de edificado, além da intervenção no existente – com alterações ou simples con-




Galeria do andar nobre e escada sul

servação –, há a adição de novos elementos de construção. A reabilitação do edifício dos Paços do Concelho de Lisboa poderá ser considerada um *case study*. A cada momento surgem interrogações cuja resposta assume, por vezes, um carácter dramático que só um diálogo permanente entre todos os intervenientes, desde os programadores aos executores, pode atenuar. Neste sentido, interrogou-se o seguinte:

Deve a pedra, no interior e no exterior ser limpa ou, através da patina que ganhou, contar a história do edifício? No caso de se optar pela limpeza, que métodos usar?

O ar condicionado no salão nobre deve assumir-se como uma peça evidente ou mimetizar-se em relação ao desenho clássico do existente? O critério adoptado deve ser genericamente seguido?

Tudo o que é novo desenho deve igualar a riqueza formal do existente ou assumir discretas atitudes?

Uma nota final: de uma forma quase medieval, a conciliação dos intervenientes, dos que se ocuparam do restauro, do traçado das condutas de ar condicionado e dos aspectos estruturais, teve lugar no quotidiano da obra, revelando-se, assim, um assinalável “saber fazer” do nosso operariado. 

FRANCISCO DA SILVA DIAS,
Arquitecto

Fundação Calouste Gulbenkian

O apoio ao Património

O Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian instituiu um programa de apoio para a recuperação e valorização do património artístico, num montante anual de € 50 000 a conceder ao(s) projecto(s) que se julgue(m) de maior interesse e relevância para a recuperação, restauro e valorização do acervo patrimonial português, construído ou móvel.

Os critérios mínimos exigíveis para aceitação de um projecto como candidato a este apoio determinam que se reporte a um imóvel classificado, com o projecto de intervenção aprovado por entidade explicitamente credenciada, devendo ser acompanhado de uma proposta de inserção e reutilização (paisagística, museológica ou outra), quando houver alteração de função. Sendo, ainda, executado por equipa legalmente reconhecida para tal, chefiada por um Arquitecto no caso da arquitectura/urbanismo, e por um Técnico de Restauro no caso do património móvel.

São condições de preferência, complementares das anteriores, a existência de outros financiamentos já garantidos e a constituição interdisciplinar da equipa de projecto, com Arqueólogos, Historiadores da Arte, Arquitectos



Tratamento de restauro de uma tela da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Caminha

tos Paisagistas e outros quando tal se julgue necessário. Ficam excluídos do concurso os monumentos ou acervos do Estado ou por ele tutelados.

Este programa pretende contribuir para a efectiva concretização dos projectos e trabalhos de restauro dos objectos artísticos a concurso, não se tratando de um prémio. Poderão concorrer os promotores das intervenções de recuperação e valorização dos objectos patrimoniais, bem como as equipas técnicas responsáveis pela sua concretização.

A concessão deste apoio para a recuperação e valorização do património artístico pretende constituir uma contribuição desta Fundação para a melhoria qualitativa dos projectos nesta área, com candidaturas aceites até 30 de Setembro de cada ano.

No ano de 2004 foram contempladas



Pormenor da tela em restauro

três candidaturas, a da Igreja Matriz de S. Mateus da Graciosa, Açores, para o restauro de um conjunto de seis imagens do Séc. XVII; a da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa, para o exaustivo restauro do templo e a da Santa Casa da Misericórdia de Caminha.

Esta pequena igreja da bela vila minhota, situada na foz do rio Minho, apresenta uma interessante fachada clássica, datável do início da segunda metade do século XVI, com um bem proporcionado portal renascença, decorado com dois bustos em relevo representando São Cosme e São Damião, dentro de medalhões circulares. O interior é mais tardio, com altares em talha e um conjunto de *ex-votos* pintados, destacando-se ainda uma tela do Século XVIII – citada por Robert Smith no seu estudo sobre a *Talha em Portugal* – cujo restauro foi objecto de apoio por parte desta Fundação.

JORGE RODRIGUES,
Fundação Calouste Gulbenkian

Inspeção e diagnóstico de construções antigas: conhecer antes de intervir

Com mais de quinze anos de experiência no estudo das construções antigas, a Oz dispõe de uma equipa de técnicos especializados e de um conjunto de equipamentos de ensaio e instrumentos de observação tendo em vista a prestação de serviços como:

- Vistorias de edificios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias;
- Monitoragem topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas;
- Monitoragem da abertura de fendas e fissuras;
- Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações;
- Ensaio para caracterização da resistência e estado de conservação dos elementos estruturais;
- Elaboração de projectos de reabilitação e de planos de manutenção de edificios e outras construções.

1.



2.



3.



4.



5.



Legendas:

1. Ensaio de integridade de viga de madeira com Resistograph;
2. Determinação da resistência de uma parede de alvenaria: abertura de rasgo com serra diamantada para introdução de macaco plano;
3. Ensaio de macacos planos: medição de deslocamentos com alongâmetro de milésimos;
4. Furo com carotadora para extracção de amostra do material de uma abóbada;
5. Observação endoscópica do interior da secção de uma abóbada.



Oz - diagnóstico, levantamento e controlo de qualidade em estruturas e fundações, Id.ª

R. Pedro Nunes, 45 - 1.º Esq. • 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 • Fax: 213 153 550

E-mail: ger@oz-diagnostico.pt • URL: www.oz-diagnostico.pt



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Conservação e Restauro de figuras com História

A escultura em terracota policromada do Mosteiro de Alcobaça ocupa um lugar de excepção no conjunto da escultura barroca em Portugal. A sua conservação é, por isso, imperativa para a protecção do nosso património.

De um valioso espólio, chegaram até nós, *in situ*, o conjunto da Capela Relicário e o Altar da Morte de S. Bernardo. Descontextualizados, subsistem o conjunto da Capela-Mor – num total de 18 esculturas de grandes dimensões (cerca de 230 centímetros de altura) – e o denominado Altar da Sagração de S. Pedro ou do Cristo Redentor –, provavelmente o último grande conjunto escultórico a ser realizado no mosteiro, um total de 14 esculturas em tamanho natural. Por último, o conjunto *Reis de Portugal*, transferido nas obras de reconstrução pós-terramoto de 1755 para a agora denominada Sala dos Reis.

O programa de Conservação e Restauro da escultura em terracota do Mosteiro de Alcobaça iniciou-se em 2001, estando ainda a decorrer.

O diagnóstico levou à identificação e registo das várias patologias. Nesse sentido, procedeu-se à monitorização das condições ambientais e recolheram-se amostras de material cerâmico, para determinar a composição mineralógica da argila e compreender, por consequência, a natureza e a durabilidade do material e identificar, por cruzamento de informação, as causas da sua degradação. O estado de conservação destas esculturas decorre da conjugação de vários factores. O primeiro, de natureza interna ou intrínseca, resulta da falta de coesão do barro, uma consequência da má qualidade da matéria-prima combinada com a deficiente cozedura. O segundo decorre da deslocação das peças dos seus contextos originais nas décadas de 30 e 40 do séc. XX para locais caracteri-



Área superior da Virgem com o Menino, antes e após a intervenção

zados por elevadíssimos teores de humidade, amplitudes térmicas e grau de exposição solar.

A limpeza por via mecânica, a fixação de policromia, a consolidação do material cerâmico em fase de desagregação, o preenchimento de lacunas e de faltas de material de pequenas dimensões, a integração cromática e a aplicação de camada protectora constituíram a generalidade das intervenções de Conservação e Restauro até agora realizadas. As esculturas *Virgem com o Menino* e *Cristo* foram objecto de uma intervenção mais complexa, com manufatura de elementos em falta ou seriamente danificados, tendo em vista a restituição volumétrica das peças. O conjunto *Reis de Portugal* foi, de todas as esculturas já intervencionadas, aquele em que o levantamento de repintes, decor-

rente da simples operação de limpeza, causou maior impacte, pondo a descoberto um elaborado e notável trabalho de estofado, aplicações a *pastiglia* e folhas metálicas.

Concluídas as peças, procedeu-se à sua remontagem em várias dependências do Mosteiro de Alcobaça, permitindo que fossem devolvidas à fruição pública. A escolha dos locais, alguns preparados para o efeito, teve como preocupação fundamental o equilíbrio das condições ambientais.

ISABEL COSTEIRA,
Directora do Mosteiro de Alcobaça
FERNANDO DUARTE,
Bacharel em Conservação e Restauro
pela ESCR-Lisboa, em Azulejaria/
Materiais Cerâmicos
LUÍS SEIXAS, Bacharel em Conservação
e Restauro pela ESCR-Lisboa, em Escultura

As Esculturas de barro do Mosteiro de Alcobaça: Um olhar crítico

Há duas perspectivas possíveis de abordar o ciclo da escultura de barro do Mosteiro cisterciense de Alcobaça, cabeça da respectiva congregação em Portugal: a que incide no período da sua criação, envolvendo os séculos XVII e XVIII; e a que se reporta à sua lenta deterioração e parcial amputação nos séculos XIX e XX. Ambas se revestem de importante significado histórico, interpelando-nos directamente em termos de responsabilidade cívica e patrimonial.

Tendo sido a arte monástica um dos sectores privilegiados do Barroco no nosso país, coube à produção de imagens de barro policromado um lugar assinalável nesse contexto, em complementaridade com a produção de madeira. Num intervalo de tempo relativamente curto, correspondente sobretudo ao último terço da época seiscentista, a encomenda alcobacense chamou a si a liderança deste sector de actividade artística, brilhantemente concentrada no espaço de uma geração. Esculturas devocionais em louvor da Virgem e dos Santos, um surpreendente Relicário composto por dezenas de bustos, a representação do Apostolado e uma cenográfica Morte de S. Bernardo compunham a adequada figuração de temática religiosa. A isto acrescentava-se um discurso de teor historicista plasmado na Série dos Reis e no grupo da Coroação de D. Afonso Henriques. Integradas numa globalidade barroca constituída pelos envolvimentos da talha dourada, dos estuques, da pintura e do sumptuoso acervo de ourivesaria e prataria, estas esculturas transitam para o século XVIII, ainda que sem o fulgor do impulso inicial, criando um sinal de inquestionável

identidade estética. Dotadas de intencionalidade programática, iconologicamente demonstrável, estas imagens assumiram uma importância não apenas nacional, como ainda, em certo sentido, também no âmbito do Barroco monástico europeu.⁽¹⁾

Daí a relevância histórica do seu processo de degradação, após a extinção das Ordens religiosas em 1834. Longe de se tratar de um episódio isolado, o núcleo de Alcobaça foi inexoravelmente sujeito à incúria e ao abandono de décadas, agentes acidentais duma estética da ruína, que a sensibilidade romântica incorporava nas suas vivências, tanto quanto na reiteração das suas denúncias.

Anos antes de M. Vieira Natividade, A. Haupt e Ramalho Ortigão, um anónimo amador portuense descrevia assim as condições em que se encontrava o Mosteiro por ele visitado em 1876: *“e lá dentro, na igreja, cobre as paredes o musgo; e a hera atrevida penetra através dos fundos das janellas, manchando a magestade do lugar com a sua aparência deleteria (...). E o ar, esse agente terrível, saturado de humidade, invade os dourados dos seus altares, fazendo-os cahir bocado a bocado. E as imagens beijadas pelo anjo das ruínas*

nas têm a triste aparência da decomposição”.⁽²⁾

Repassadas de melancolia, tais considerações surgem como o diagnóstico poético de uma situação apenas intervencionada em 1930, com base no critério da recuperação, depurada, de uma Idade Média idealizada pela arqueologia. Desse critério resultaria, por exemplo, o sacrifício do retábulo-mor e do enquadramento para onde as suas esculturas tinham sido pensadas. São, por conseguinte, os restos dos restos, aquilo que, quanto a esta matéria, em Alcobaça se nos depara, pálido reflexo do muito outrora existente. Mas, é isso que nos cumpre estudar, preservar e divulgar, num trabalho de necessária convergência interdisciplinar entre historiadores, técnicos de Conservação e Restauro e os responsáveis pelo Monumento.

NOTAS:

⁽¹⁾ Tencionamos na nossa dissertação de doutoramento sobre a escultura alcobacense do século XVII, a apresentar em breve, poder mostrar o alcance do significado histórico, estético e cultural de toda esta produção nos seus diferentes planos.

⁽²⁾ A., *Uma digressão a Alcobaça em Março de 1876*. Porto, Imprensa Comercial, 1876, p. 52.

CARLOS MOURA,
Historiador da Arte, Docente na FCSH-UNL

A madeira como suporte na pintura: *Um olhar pelo versu*

Por tradição, entende-se a pintura sobre madeira como uma obra de arte, partindo do princípio que a imagem representada é a totalidade do todo artístico. No caso específico da pintura correntemente denominada por “pintura sobre tábua”, a madeira encerra em si diversas particularidades associadas à sua materialidade.

Muitas vezes negligencia-se o valor intrínseco de um suporte de madeira, direccionando-o, quando está em causa a sua conservação, para soluções traçadas segundo directrizes provenientes das “práticas de marcenaria”. Ainda que tais práticas sejam, indiscutivelmente, úteis e transmitam muitas e valiosas técnicas preservadas por séculos de História, devem, contudo, ser ponderadas e flexíveis quando se cruzam com a especificidade da conservação de suportes de pintura em madeira.

É importante que exista, tanto quanto possível, a consciência da preservação material do suporte, pois o mesmo transmite, por um lado, inúmeras informações sobre o percurso da vida da peça e, por outro, um prognóstico quanto ao futuro do seu estado de conservação.

A interpretação de técnicas utilizadas para a execução das obras, quer por ensambladores quer por *panel-makers*, permite compreender momentos históricos, de acordo com as características evidentes de determinadas oficinas. A identificação precisa da madeira presente numa obra, através de métodos de exame e análise, é um dos pontos fundamentais para a determinação das suas alterações. A dendrocronologia tem mostrado ser um método de datação bastante válido, no alcançar de conclusões mais



Pintura sobre madeira atribuída a António Vaz, século XVI



Vista geral do verso



Radiografia de um pormenor numa pintura maneirista

definidas sobre a questão das atribuições aos pintores. Aliás, este método e a radiografia da peça são, sem dúvida, documentos imprescindíveis para o cruzamento de informação inicialmente sugerido pelas conclusões do historiador de arte. Desta forma, a radiografia é um exame bastante completo, pela riqueza

vação desse objecto, são estes 99 por cento que vão, de facto, contar-nos o comportamento da peça nos próximos tempos. Por esta razão, é um erro crasso definir os problemas de uma obra e delinear uma intervenção sem a prévia consulta de todos os aspectos que influenciam directa ou indirectamente o suporte. Tais aspectos

sivos a usar, consolidantes orgânicos e inorgânicos, reintegrações volumétricas, estruturas mecânicas de travessas (*parquetages*), de partições ou fragmentos, entre outras.

O verso de uma pintura pode permitir várias deduções. A “frente cromática” é, correntemente, sujeita a intervenções de “cosmética”, o que difi-



Início do desenvolvimento de podridão cúbica, ocasionada por fungo xilófago (Pintura sobre carvalho do séc. XVI)



Marca personalizada do panel-maker Michiel Vrient's no verso de uma tábua setecentista flamenga



Registo do desenho subjacente realizado com fotografia digital no infravermelho (António Vaz)

de informação que nos evidencia, associada tanto aos processos degradativos biológicos e a factores de interacções mecânicas como à racionalização da técnica construtiva do painel. Sem este cruzamento informativo e sem um diálogo triangular entre historiadores, conservadores-restauradores e cientistas, a pintura sobre tábua continuará a ser meramente avaliada e apreciada pelo lado mais “colorido” da obra.


Múltiplas ilações podem ser extraídas da imagem principal de uma pintura, como é o caso, entre muitos outros exemplos, do desenho subjacente obtido mediante fotografia e reflectografia de infravermelho.

Não obstante, aquilo que frequentemente se omite é a importância técnica e estrutural de um suporte lenhoso. A madeira numa obra de arte, por exemplo quinhentista, representa, sensivelmente, 99 por cento da materialidade desse objecto. Então, no entendimento do estado de conser-

são provenientes de fontes externas (temperatura, humidade, poluição, luz), ou de fontes internas, intrínsecas ao objecto (agentes biológicos, físicos, químicos e mecânicos), ou, ainda, de questões humanas associadas à manipulação e transporte. Sendo assim, ao proprietário de uma obra de arte, importa salientar que, para a preservação desta, é fundamental uma gestão integrada dos diversos riscos. O risco mais destrutivo e irreversível é o fogo, mas especial atenção deverá também ser dada à estabilização da humidade relativa ambiente, tendo em conta que é extremamente nefasta qualquer variação brusca destes valores.

Numa intervenção de Conservação e Restauro existe sempre a execução de um diagnóstico preciso, onde se identificam patologias e se definem estratégias de tratamento. Estas últimas poderão ser de imunização biológica preventiva, desinfestações por gases inertes, da selecção adequada de ade-

culta a sua interpretação no domínio da História de Arte. O verso das pinturas, usualmente menos intervençionado e menos acessível, conserva sempre mais evidências históricas originais. Deste modo, conforme este preceito, uma alteração negligente do verso é claramente um “apagar” da História.

Actualmente, estudos técnicos têm sido feitos, pensando em equipas de trabalho multidisciplinares entre historiadores, laboratórios e conservadores-restauradores, tornando-se em Conservação e Restauro a questão das estruturas e dos suportes de madeira em pintura, uma área de qualificação e especialização que vai além de procedimentos de marcenaria e do *sensu commune*. 

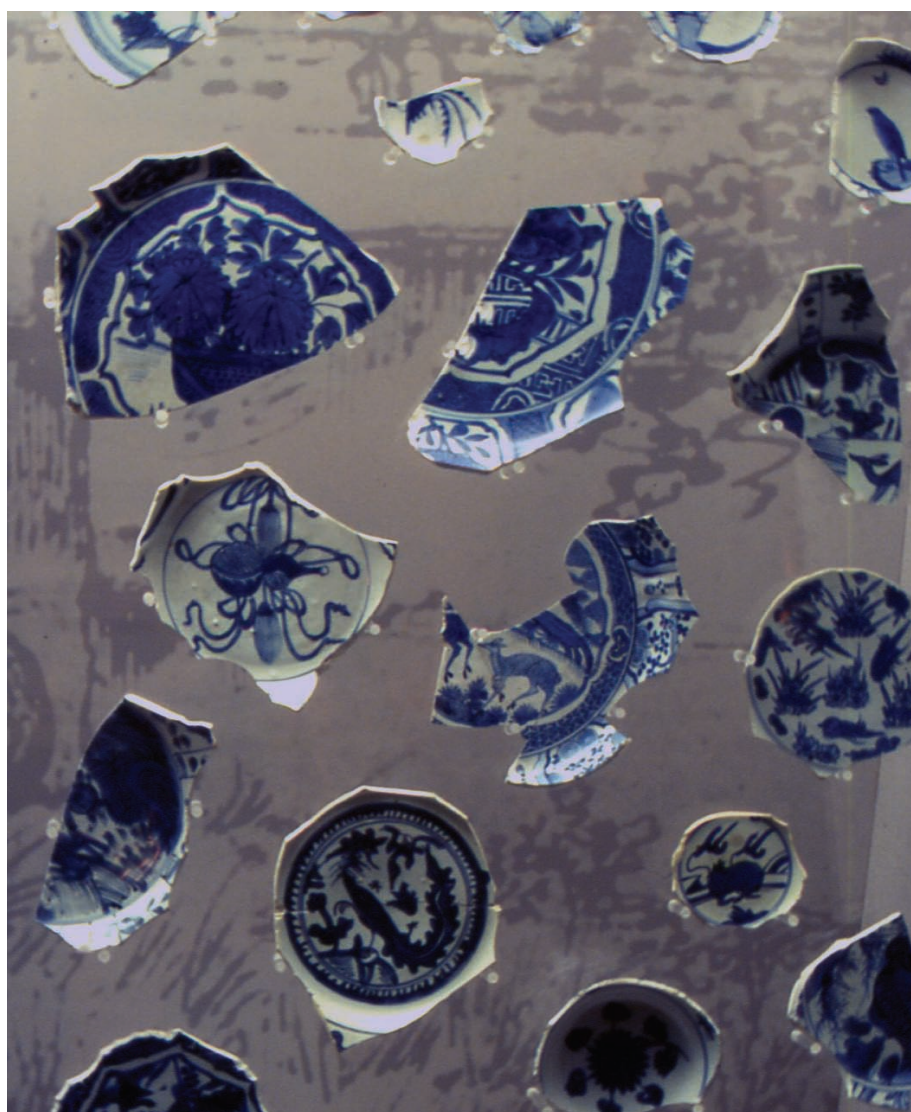
FREDERICO HENRIQUES,
Painting Conservator
MIGUEL GARCIA,
Panel Painting Conservator

Património Integrado e Arte Colonial Portuguesa

Breve apontamento

Parte integrante de um universo cronologicamente vasto e geograficamente amplo, o fenómeno da arte colonial portuguesa tem sido alvo de um olhar que se pretende cada vez mais crítico e perscrutador por parte de entidades individuais e colectivas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

A preocupação para com a arte colonial tem-se traduzido num reunir de conhecimentos e despertar de sensibilidades, alcançados graças ao trabalho acumulado de uma geração anterior de historiadores de arte e conservadores de museus, assim como de investigadores estrangeiros, que agiram, por vezes, como verdadeiros desbravadores de um campo de estudo praticamente desconhecido na Europa do princípio do século XX. Assumindo-se no panorama académico cada vez mais como uma riquíssima área de estudo – obrigando a olhares transversais, inter e multidisciplinares –, são inúmeros os especialistas de diferentes ramos do saber, tanto da área das designadas ciências “exactas”, como do domínio das ciências sociais e humanas, que são chamados a colaborar na identificação, análise e estudo do património móvel e imóvel da arte colonial portuguesa. Importante é também não esquecer o papel desempenhado por coleccionadores e antiquários, observadores privilegiados e atentos dos objectos que, ontem como hoje, continuam a circular de mão em mão, testemunhando o carácter móvel que os caracteriza. À apre-



Macau – Museu de Macau: vestígios de porcelana azul e branca de encomenda portuguesa

ciação estética e formal destas obras, originadas em contextos geográficos, políticos, sociais e artísticos com inúmeras especificidades, alia-se a tentativa de entendimento do contexto histórico que as originou. Não se trata apenas de identificar, categorizar e catalogar – passos fundamentais que não constituem em si mesmos um fim – mas também de ler os vestígios artísticos materiais como parte integrante de um

encadeamento de acontecimentos, correspondendo a gostos e objectivos determinados e denunciando a interacção entre os interlocutores de uma Europa cristã com povos de outras culturas. Igualmente por esta razão, os núcleos de documentação coeva manuscrita e/ou impressa têm merecido particular cuidado.

A preservação destas memórias através da conservação e do restauro de



Rafael Moreira

Goa – Fachada da Capela de Nossa Senhora do Monte



Macau – Fachada da Igreja de São Domingos



Porcelana azul e branca de encomenda portuguesa

edifícios religiosos, militares e civis e de um património de objectos variados, tem-se imposto paulatinamente como uma componente importante da política cultural de alguns países. Contribui para isso o apoio de organismos governamentais e não-governamentais que, apostando numa vertente de índole cultural, desenvolvem acções de preservação e integração do património tangível. Trata-se, em alguns casos, de levar a cabo a consolidação, reabilitação e/ou conservação de estruturas arquitectónicas existentes, e de, em algumas situações, associar a este género de intervenção a criação de núcleos museológicos relacionados. No caso do património móvel, criam-se locais próprios para o exibir, tomando em linha de conta um fio condutor que os una. No âmbito do mundo português ultramarino, merecem particular destaque as acções desenvolvidas nas últimas décadas por instituições como a Fundação Oriente, a Fundação Calouste Gulbenkian e o IPPAR, sobretudo no continente asiático. No entanto, não podem ser esquecidas as reabilitações levadas a cabo em território brasileiro, sendo exemplar o caso da cidade de São Luís do Maranhão (actualmente classificada como património mundial pela UNESCO), assim como em África, nomeadamente em Marrocos, no Benin e no Quênia. No entanto, é sobretudo no

Índico e na respectiva fronteira com o Mar da China que se têm concentrado mais esforços – começando pela Índia, passando pela Malásia e Tailândia e estendendo-se até Macau, por ventura um dos casos mais interessantes e fecundos de todos quantos se possam citar, pela proficuidade de exemplos, dos quais o mais conhecido são as ruínas da Igreja de São Paulo e o Museu de Arte Sacra associado. Além destes, deve ainda referir-se o Museu de Macau, localizado no Monte do Forte, as igrejas e os núcleos museológicos de São Domingos e do Seminário de São José, a Capela da Guia e as respectivas pinturas murais e a Santa Casa da Misericórdia, apenas alguns exemplos de um extenso conjunto que não se confina às áreas imediatamente adjacentes à Praça do Leal Senado, mas que nela têm o núcleo centrífugo por excelência.

Goa, a capital do estado da Índia, verdadeira placa giratória de pessoas, ideias e artefactos dos séculos XVI e XVII, surge no mapa do Oriente da presença portuguesa como contraponto de Macau. Aqui, encontra-se hoje o espólio do Museu de Arte-Sacra Indo-Portuguesa de Rachol, iniciativa apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, localizado nesta localidade perto de Margão. Após um trabalho levado a cabo por Maria Helena Mendes Pinto, ex-conservadora do Museu Nacional

de Arte Antiga – que consistiu na inventariação de um património de mais de uma centena de peças disperso por inúmeras igrejas e colecções particulares de Velha Goa –, o Museu de Rachol foi inaugurado em 1994, no espaço do antigo colégio quinhentista dos Jesuítas, tendo-se procedido à sua transferência para outro edifício em 2001.

Mais recentemente, e porque permanece um caso menos conhecido mas pleno de significado na associação com a figura de Afonso de Albuquerque, refiram-se as obras realizadas através da Fundação Oriente na Capela de Nossa Senhora do Monte ⁽¹⁾, em Velha Goa. Localizada num local estratégico, de onde se podia controlar militarmente o território, era um espaço onde originalmente se localizava um santuário hindu e que se tornou num sítio de devoção cristã.

NOTAS:

⁽¹⁾Agradeço a informação que me foi facultada pelo Professor Rafael Moreira, incluindo o texto da autoria de Percival de Noronha distribuído quando da inauguração em 29 de Abril de 2001.

ALEXANDRA CURVELO,
Historiadora de Arte do Instituto
Português de Conservação e Restauro,
presentemente com Bolsa
de Doutoramento da Fundação
para a Ciência e Tecnologia

Arte Contemporânea: quais os critérios de conservação e restauro?

O romper com a tradição por parte dos artistas contemporâneos implica, actualmente, um grande desafio, no que respeita à Conservação e Restauro de obras de Arte.

Presentemente, há como que um paradigma entre a tradição e os artistas contemporâneos. Na verdade, estão em aberto várias questões. Por um lado, as questões que se prendem com o carácter técnico e material de cada obra, onde a fragilidade ou mistura de materiais resulta, muitas vezes, numa degradação precoce e irreversível. Por outro, a intenção do próprio artista, que confere ao objecto uma carga semântica muito subjectiva e que nem sempre é bem interpretada. Finalmente, as temáticas relacionadas com a Arte, da qual, sendo considerada efémera pelo artista – pela sua intencional curta durabilidade –, poderá ficar apenas um registo documental. Até que ponto é legítimo intervir sobre uma obra, cuja degradação é parte integrante do seu sentido? Será possível estabelecer critérios e criar métodos de Conservação e Restauro adaptados a necessidades actuais tão imediatas, vastas e até mesmo desconhecidas? Mais do que materialidade, uma obra é um conceito, onde o artista pretende, através da matéria, enunciar algo intangível. Assim, o significado de cada obra está intimamente ligado ao artista e, sobretudo, ao objecto, onde os materiais e as técnicas aplicadas,



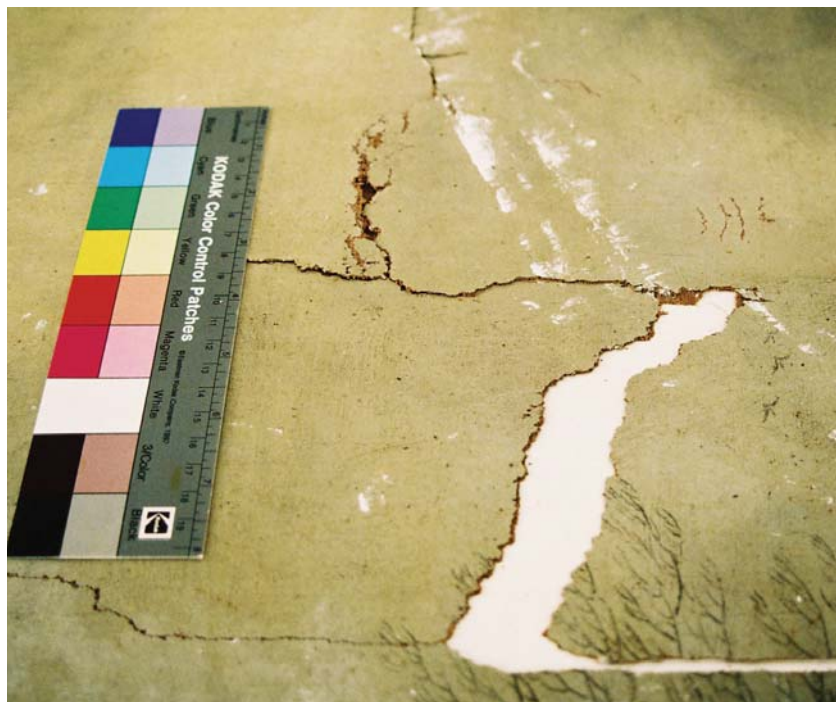
Pormenor de fissuração de uma camada pictórica

carregam o seu próprio significado. Por sua vez, a panóplia de materiais e técnicas utilizadas na Arte Contemporânea é tão vasta que, em princípio, poder-se-á encontrar de tudo um pouco. Uma alteração das características do material, resulta, na maioria das vezes, numa modificação do seu significado. Desta forma, os próprios procedimentos de Conservação, que intervêm directamente na identidade material da obra, poderão ter repercussões no seu significado. A primeira questão que se deverá colocar antes de uma intervenção, directa ou indirecta,

sobre uma obra é: existe discrepância entre a condição física e o significado da obra? Se a alteração do objecto for produzida conscientemente, então o significado demonstra degradação. Neste caso, a Conservação implica uma intervenção que afecta o significado pretendido. Quando, por outro lado, a degradação interferir directamente com o significado, a questão a colocar será: que aspectos fundamentais deverão entrar em linha de conta nas decisões de Conservação de uma obra? Se o artista for vivo, a sua participação e opinião são imprescindíveis. Considerações estéti-



Ataque fúngico sobre a camada pictórica



Grande rasgão provocado por um acidente

cas, de autenticidade e históricas, entre outras, poderão, dependendo da pessoa em questão, ser respondidas de perspectivas muito variadas: sejam familiares, um crítico de Arte, um conservador, um historiador, entre outras. As respostas serão certamente díspares e, *a priori*, não se poderá afirmar que uma prevalece em relação a outra. Existem ainda valores e conceitos bem mais influentes na tomada de decisão para intervir sobre uma dada obra, nomeadamente, questões políticas e económicas. A sustentabilidade económica da Conservação é um conceito interessante e, diria mesmo, essencial. Trata-se da capacidade de fazer “render benefícios culturais” durante um extenso tempo de vida.

Devem, por isso, ser tidas em conta algumas noções e critérios, de forma a criar um fio condutor na busca de soluções por parte do conservador-restaurador:

- desconhecendo-se a intenção do

artista quanto à durabilidade da obra e face a uma alteração na sua aparência, surge, naturalmente, a questão sobre se a mesma deve ou não sofrer intervenções de Conservação;

- a materialidade da obra, que, além de estar carregada de subjectividade do artista, apresenta fragilidade, complexidade, ou incompatibilidade mediante os materiais e a forma como são utilizados;

- o diálogo pluridisciplinar com o artista e com familiares, cientistas, historiadores de arte e entidade proprietária, visando reunir o máximo de informação para permitir tomar decisões devidamente justificadas;

- inovar na formulação de hipóteses e de procedimentos de acordo com a função do objecto, o conservador-restaurador não tem respostas, nem, muitas vezes, os seus conceitos são válidos para os problemas que surgem na Arte Contemporânea;

- a ideia de que a reversibilidade de um tratamento é, muitas vezes, uma

ilusão, podendo dar azo a faltas de responsabilidade, a qual não pode ser avaliada isoladamente de outros critérios de intervenção;

- a Ciência na Conservação é imprescindível, sobretudo na descoberta de novas técnicas de Conservação e de materiais mais eficientes e adequados às necessidades actuais, assim como na tentativa de antecipar futuras problemáticas.

Importa, assim, salientar que a alteração do carácter conceptual de uma obra só será perceptível através do profundo conhecimento da intenção do artista. Este conhecimento só pode ser absorvido através de entrevistas ao próprio ou de um testemunho escrito pelo mesmo. Isto torna todo o processo muito moroso ou, até mesmo, impossível de solucionar. ■

MARIANA BASTO,
Conservadora-restauradora

Casa Veva de Lima

Um Património doado à cidade

“Abre-se o pano... o creado negro de Veva de Lima corre os reposteiros misteriosos, atrás dos quaes vou encontrar a Artista(...). Agora é a escadaria (...) toda cheia de peles de tigres, listradas, estiradas, como se a alma das feras estivesse ali(...). E ao cimo começam os salões – uns salões diluídos em penumbras como certos feerias de Rafaelli, uns salões que são florestas d’Arte, arquipélagos de divans e de bibelots.”

João Ameal in *Ilustração Portuguesa*, 1921



Veva de Lima fotografada em sua casa por Cecil Beaton, em 1942



O Salão Império com os papéis Cupidon et Psyché

Júlio Marques, 1991, Dep. do Património Cultural

É assim que, em 1921, o jornalista João Ameal descreve a Casa de Veva de Lima. Hoje, ao passarmos os “reposteiros misteriosos”, ainda entramos no seu universo. Um espaço que nos conduz por um percurso só compreensível no contexto da obra e da figura da escritora. Genoveva de Lima Mayer Ulrich – de seu nome literário Veva de Lima – nasceu em 1886, filha de Carlos Mayer. Foi poetisa, conferencista, novelista e dramaturga, celebrizando-se também pela colaboração na imprensa. Famosa pelo brilhantismo do seu discurso e pela sua forte intervenção social, manteve entre os anos 20 e 40 um salão literário, no qual reuniu no-

mes destacados da intelectualidade lisboeta.

Veva de Lima faleceu em 1963 e, nos anos 80, por iniciativa de sua filha Maria Ulrich, foi doado parte do espólio da casa à Câmara de Lisboa. O Município adquiriu o edifício e participou na criação de uma associação que perpetuasse a memória da escritora, através da realização de debates e saraus culturais, contrariando, desta forma, uma mera musealização do espólio como Casa-Museu. O espaço evoca a sua vida na vertente artística, familiar e social, transformando-se numa daquelas casas que, segundo Bachelard, “mais que a paisagem, reflectem a alma” de quem lá viveu.

O primeiro contacto com o interior do edifício ocorre no vestíbulo e na escadaria. Estes assumem a importância de “coração da casa”, iniciando o visitante no carácter cenográfico recorrente na decoração. As paredes sugerem escaíolas de gosto pompeiano e a espacialidade revela-se numa teatralidade implícita nas cortinas de veludo vermelho, na iluminação direccionada e na utilização de materiais efémeros e cénicos, materializando um locus trágico, que surge descrito em vários textos da escritora⁽¹⁾. É em torno deste espaço central que se desenvolve o piso nobre, numa sucessão de salas temáticas: a Sala de Jantar neoclássica, a Sala Amarela, dominada ori-

ginalmente por uma grande fonte de gesso – funcionava como sala de distribuição – e a Sala Vermelha em estilo francês. O Salão Império é o maior destes espaços e o mais importante ao nível da interacção entre as escolhas decorativas e a personalidade de Veva de Lima. A Sala Verde é rasgada por uma larga janela de onde a escritora via o Tejo, tendo sido transformada, em 1946, numa sala de estilo flamengo, decorada com tapeçarias e pinturas da escola holandesa. Finalmente, a Sala Chinesa, a partir da qual acedemos à zona dos quartos, do toucador e da casa de banho, composta em torno de uma banheira em forma de concha, numa original sugestão do *Nascimento de Vénus*, de Botticelli. A casa guarda também um conjunto de

Merry-Joseph Blondel e Louis Laffite. Adaptando esquemas compositivos de pinturas de Gérard e de Prud'hon, colocaram nas suas composições objectos clássicos e do estilo Império então em voga, sintonizando as suas imagens com a época. Por serem de fácil deterioração, foram sucessivamente reeditados até 1923.

Cada cena está enquadrada com colunas escaioladas, em sintonia com os interiores representados. A colocação dos papéis não se orientou pela sequência narrativa das cenas, mas sim pela criação de uma simetria espacial, dispondo cada episódio aleatoriamente, sacrificando-se a narração pelo espaço. No entanto, tanto nos anos 20, como na redecoreção de 1946, os painéis rege-

nhadas de um registo fotográfico e alteraram o programa decorativo existente – com a introdução de novos esquemas de iluminação, a desactivação das fontes do vestíbulo, a eliminação de algumas escaiolas, a substituição de revestimentos têxteis ou a intervenção na casa de banho de Veva de Lima, na qual foram ocultadas as pinturas originais.

Hoje urge pensar a Casa Veva de Lima. É imperiosa uma acção de restauro antecedida de uma intervenção que consiga travar os graves problemas estruturais do edifício. Caso contrário, comprometer-se-á a conservação do espólio, principalmente dos revestimentos parietais: escaiolas, tapeçarias e papéis de parede. Do conjunto de papéis, o caso mais preocupante é a conservação de *Cupidon et Psyché*, por ser raro e pela importância de que se reveste, contextualizado no espaço. Por isso, uma intervenção especializada e a substituição dos originais por réplicas até à conclusão das obras preveniriam a perda irrecuperável deste património único em Portugal.

Toda esta acção integrada está finalmente a ser encarada pelo Departamento de Património Cultural da Câmara de Lisboa, de quem a casa depende, estando em preparação um caderno de encargos que permita, a curto prazo, viabilizar a realização das obras. Uma intervenção que, no entanto, não pode esquecer a unidade que existe entre a casa e a figura que a idealizou e habitou, tornando-a não apenas numa casa de artista, mas na obra dessa artista; uma cenografia habitável, na qual João Ameal reconhece "(...) uma afinidade íntima entre esse cenário e a sua obra. O seu cenário é mesmo uma grande obra de Veva de Lima (...)".

Nota: Os autores agradecem à Directora do Departamento de Património Cultural da CML, Dr.ª Anabela Carvalho, e à Dr.ª Salette Salvado, do Grupo Permanente de Trabalho daquele Departamento, bem como à Fundação Maria Ulrich a disponibilização das fotos incluídas.

Notas:

⁽¹⁾ LIMA, Veva de – *O Último Lampadário*, Lisboa: [ed. do A.], 1917

MÁRIO GOUVEIA,
MÁRIO NASCIMENTO,
Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa



Vista da escada principal

peças composto maioritariamente por pintura clássica europeia, mobiliário de várias épocas, têxteis e uma colecção de arte oriental. Complementa este espólio um vasto acervo documental, actualmente na posse da Fundação Maria Ulrich, cujo valor é indiscutível para a contextualização do conjunto. Uma das peças de maior importância no contexto das artes decorativas, pela sua relação com o tratamento espacial e narrativo da casa, é o papel de parede do Salão, intitulado *Cupidon et Psyché* ou *L'histoire de Psyché* – criado em 1816 pela manufactura Dufour e inspirado no romance de La Fontaine. As 12 cenas desta obra foram desenhadas por

ram sempre o tratamento do salão, tornando, hoje, este conjunto uma referência a nível internacional.

De notar a repetição de elementos dos papéis na composição geral do espaço: a braseira, o *lectus*, o mobiliário de estilo Império, os cisnes, as borboletas, materializando uma relação com os símbolos pessoais da escritora (o cisne e a borboleta) e com a sua personalidade. Após a doação, a Câmara procedeu a obras de conservação do edifício. Porém, as intervenções realizadas nem sempre respeitaram a unidade do conjunto, resultando daí uma intervenção casuística e não uma acção de restauro. As modificações não foram acompa-

Julio Marques, 1991, Departamento do Património Cultural

Declaração do Conselho da Europa Nostra sobre **o impacto da energia eólica nas zonas rurais**



1. O Conselho da Europa Nostra, Federação Pan-Europeia do Património, debateu, no encontro em Haia a 30 de Setembro de 2004, as implicações da crescente utilização de estruturas de energia eólica para produção de electricidade no ambiente e património, e chegou às seguintes conclusões:

CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. O Conselho evocou o compromisso estatutário da Europa Nostra para a protecção e valorização do património em todos os seus aspectos (imóvel e móvel, construído e natural) no contexto alargado da paisagem cultural.

3. O Conselho reconheceu e partilhou, cabalmente, a séria preocupação internacional no que respeita às alterações climáticas, particularmente reflectidas no Protocolo de Quioto, bem como a necessidade de todos os países estabele-

lecerem políticas de energia que as tenham em conta, considerando progressivamente o impacto na paisagem de todas as formas de energia renovável.

4. O Conselho defendeu que as políticas energéticas têm de ser detalhadas, abrangendo ambos os problemas tanto da procura como do fornecimento, considerando neste último todas as formas de fornecimento de energia e, em particular, uma redução da emissão de GEE (gases de efeito de estufa), especialmente o CO₂ (dióxido de carbono).

5. O Conselho considerou que muitas políticas energéticas nacionais não abrangem de forma suficiente o lado da procura, não economizam energia, nem promovem a eficiência energética.

6. O Conselho foi de opinião que maiores esforços deverão ser feitos para promover todas as formas de energia renovável.

CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ENERGIA EÓLICA

7. Embora o Conselho tenha apoiado inteiramente a via das energias renováveis, incluindo a energia eólica, considerou que as turbinas de vento se devem situar em locais apropriados.

8. O Conselho considerou, igualmente, que muitos países têm revelado até ao presente uma propensão excessiva para a exploração da energia eólica, quer em terra quer não. Providenciaram largos incentivos para o seu desenvolvimento, descuraram a legislação de planeamento, e negligenciaram uma avaliação contrabalançada dos seus méritos e fragilidades; consequentemente, vastas áreas de belíssimas paisagens por toda a Europa são agora dominadas por grupos de turbinas eólicas cada vez maiores – cada um constituindo uma pequena central

eléctrica – tornando-se progressiva e efectivamente paisagens industrializadas, com sérios e nefastos resultados para o património natural.

9. O Conselho considerou que, em muitos países europeus, está a ser criada uma situação em que o impacte social, económico, turístico, histórico, cultural, e sobre a vida selvagem e a paisagem estão a ser descurados no processo de tomadas de decisão relativas à energia eólica.

10. Considerando esta situação, o Conselho assumiu a posição de que, no que diz respeito às turbinas de vento em terra ou grupos de turbinas, o processo de tomada de decisão por parte das autoridades públicas deve incluir consultoria alargada, basear-se na compreensão do significado do carácter e valor da paisagem local; e, para qualquer projecto, ter em conta as seguintes considerações:

a) O impacte na Comunidade local.

b) Os resultados de uma análise cuidada e objectiva das exigências feitas pelo promotor, em relação à preservação de GEE.

c) O grau de intrusão visual, relacionado com o carácter e qualidade das imediações, tendo em conta que as turbinas modernas, normalmente instaladas em locais dominantes, chamam a atenção pelo seu tamanho (mais de 100 metros de altura e crescente).

d) O prejuízo suplementar para a paisagem, *habitats* frágeis, cursos de água, e outros aspectos do ambiente, causados pelo processo construtivo, incluindo a provisão de estradas de acesso, adições a redes de electricidade, torres de alta tensão, e edifícios necessários para a geração e transmissão de energia.

e) O grau com que possa ser garantida a restituição do local à sua condição original no final da duração funcional das turbinas.

f) A proximidade e impacte nos locais designados como áreas protegidas aos níveis internacional, nacional, regional ou local.

g) O impacte do ruído e do infra-som, da interceptação da luz e/ou desvalorização das propriedades nas comunidades vizinhas das turbinas.

h) Uma avaliação da necessidade de reserva de energia de apoio para quando as turbinas estão inactivas (ou seja, por muito tempo), que será usualmente gás, afectando assim os pretensos benefícios do projecto em termos da produção de GEE, e dos custos reais de produção: a necessidade de custear o reforço de energia (isto é, substituir as turbinas de vento existentes por maiores) na mesma base do projecto inicial.

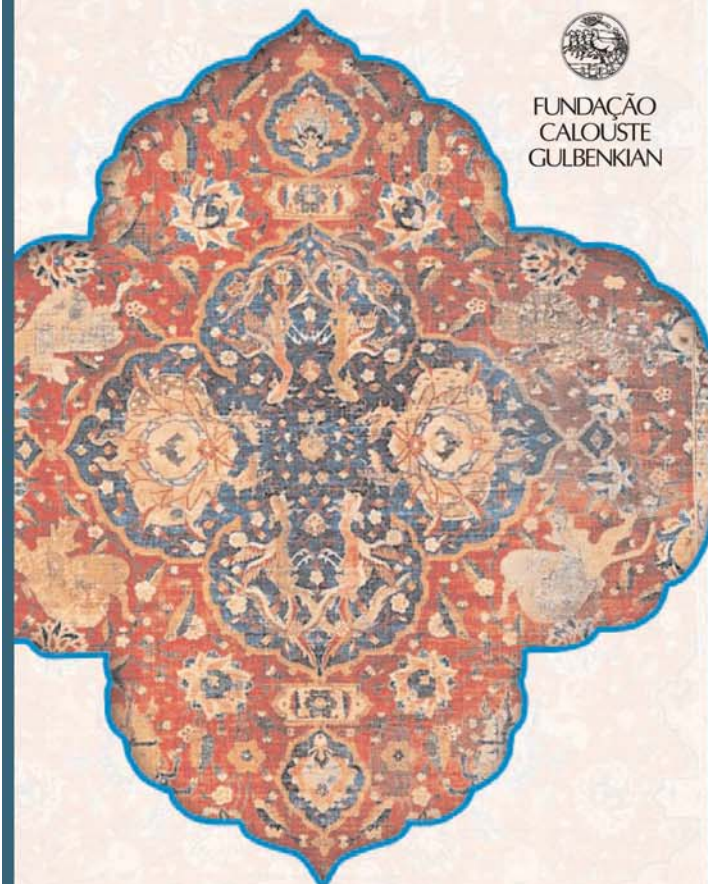
i) A necessidade de considerar o reforço de energia (ou seja, substituir as turbinas de vento existentes por maiores) na mesma base do projecto inicial.

11. No que diz respeito às turbinas, ou grupos de turbinas, ao largo da costa, algumas mas não todas das considerações acima são aplicáveis. Para além do mais, regra geral, quanto mais longe da costa uma turbina puder ser implantada, menor será a possibilidade de objecções.

Redes
de Gás



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



ESPELHOS TAPETES DO MUNDO ISLÂMICO, SÉC. XV-XX DO PARAÍSO

EXPOSIÇÃO

De 6 de Maio a 31 de Julho

Em colaboração

com o Institut du Monde Arabe (Paris)

Conjunto de 56 tapetes
de algumas das mais prestigiadas
coleções públicas mundiais,
incluindo a Colecção Gulbenkian.
A riqueza decorativa e simbólica
dos tapetes orientais
exposta numa mostra memorável.

**Todos os dias, excepto segundas-feiras,
das 10h00 às 18h00**

Galeria de Exposições Temporárias, piso 0
Edifício da Sede da Fundação Calouste Gulbenkian
Entrada livre

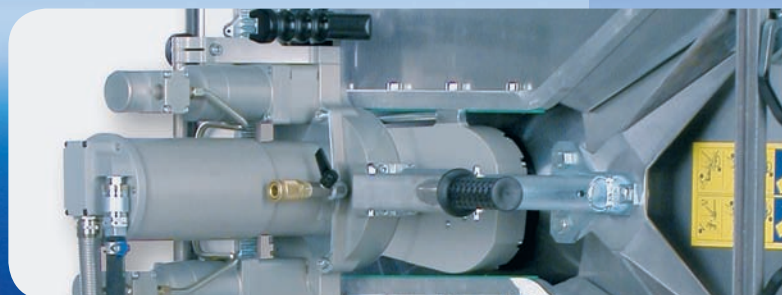


WX/EX

Nova geração de serras eléctricas para betão

Uma gama que se distingue
pela simplicidade, leveza e
modularidade.

Compatíveis com a nossa linha
hidráulica, as novidades abrem
a tecnologia á reabilitação e
construção civil.



TYROLIT

HYDROSTRESS®

BLAU Lda

Rua Manuel Francisco Soromenho 43
2670-339 LOURES

Tel. 21 984 9740 / Fax. 21 984 9799

tyrolit@blau.pt / www.hydrostress.com



Fixações químicas versáteis para diversos materiais de construção



fischer 
SISTEMAS DE FIXAÇÃO

blau

B L A U - COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA
CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

Avaliação da segurança das construções face à acção dos sismos

(segunda parte)

Aqui se apresenta a continuação da análise sobre a segurança estrutural dos edifícios A e B da Escola Básica 2, 3 Roberto Ivens, em Ponta Delgada.

ANÁLISE ESTRUTURAL

O comportamento estrutural dos edifícios foi analisado com base em informação actualizada, obtida a partir do levantamento efectuado, que visou a geometria dos edifícios, a constituição e as características mecânicas dos diferentes elementos resistentes, o levantamento de anomalias visíveis de índole estrutural, a introdução de soluções de reforço anteriores à actual intervenção, entre outros.

Para cada um dos edifícios, A e B, foram elaborados dois modelos de cálculo (Fig. 2). Com isto pretendeu-se avaliar o comportamento estrutural do edifício tal como se encontra actualmente – modelo 1 –, e o comportamento da estrutura após a aplicação das diferentes medidas de reforço e consolidação estrutural – modelo 2. Dos resultados do modelo 1 (Fig. 3), obteve-se a informação necessária sobre os elementos estruturais que careciam de reforço ou de medidas correctivas, e de como, globalmente, dotar o edifício de melhores características para resistir à acção sísmica. Com o modelo 2 (Fig. 4), que inclui grande parte dessas medidas de reforço, confirmou-se a pertinência das soluções e os dados para o seu dimensionamento.

Da avaliação da resistência sísmica do edifício concluiu-se a necessidade de introdução de diferentes medidas de reforço e consolidação estrutural, tendo sido projectadas diversas soluções que conferem ao edifício melhores características de resistência sísmica. Teve-se, ainda, como objectivo a não descaracterização dos edifícios,

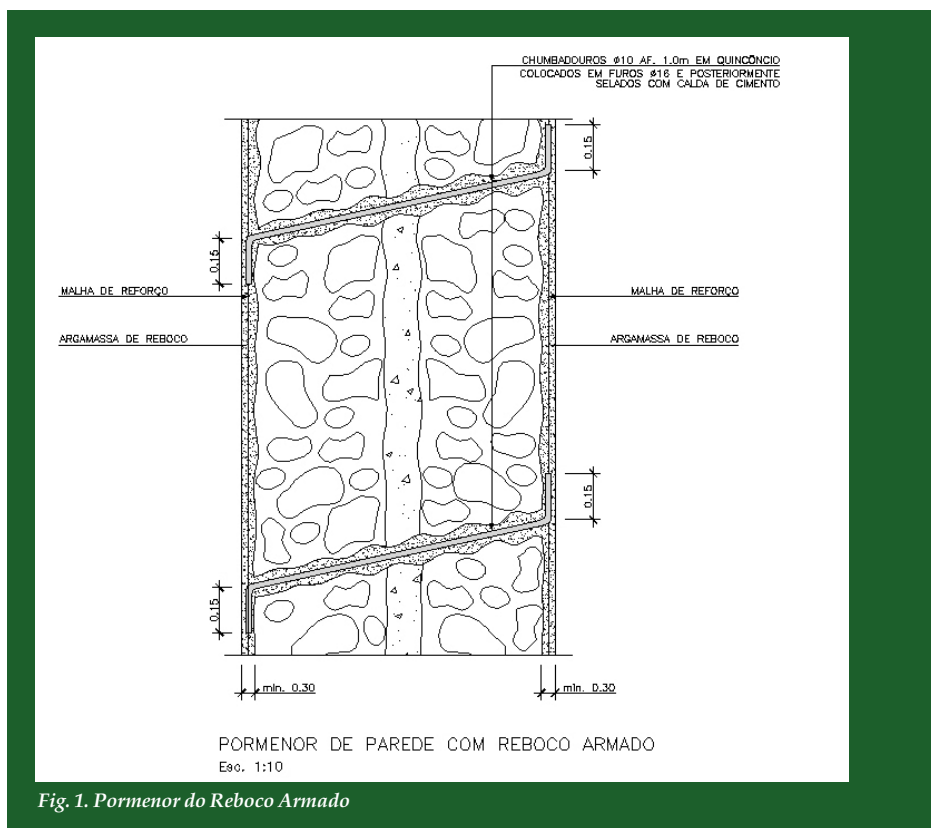


Fig. 1. Pormenor do Reboco Armado

procurando-se preservar os materiais e as soluções técnicas originais e conceber reforços compatíveis com as soluções existentes.

SOLUÇÕES DE REFORÇO

As soluções de reforço apresentadas prendem-se com diferentes objectivos estruturais (Fig. 1). Tendo-se verificado nos ensaios *in situ* a fraca qualidade das paredes de alvenaria, em termos de resistência, optou-se

pela adopção, generalizada, da solução de reboco armado, procurando-se dotar as paredes de uma maior capacidade de resistência à tracção e conferir-lhes, ainda, um funcionamento de conjunto dos dois panos constituintes (as paredes resistentes principais são, normalmente, constituídas por dois panos exteriores de alvenaria de pedra irregular e por material de pior qualidade entre os panos).

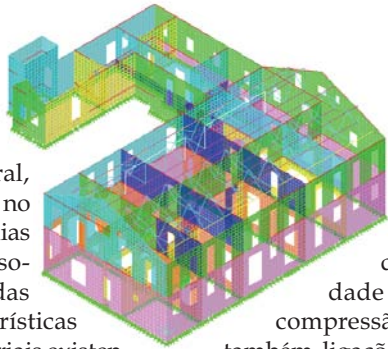


Fig. 2. Edifício A - Modelo de cálculo

Para a reparação das fissuras de índole estrutural, detectadas, previamente, no levantamento das anomalias visíveis, optou-se pela solução de injeção de caldas de selagem, com características compatíveis com os materiais existentes (Fig. 5). Preconizou-se, também, a solução de pregagens metálicas nos cunhais e na ligação entre paredes de fachada e as que lhes são ortogonais. Com este tipo de reforço, pretende-se evi-

não se afastem. Com o objectivo de dotar os pavimentos de maior capacidade de resistência à compressão, definiram-se, também, ligações das vigas principais dos pavimentos às paredes resistentes através de cantoneiras metálicas periféricas. Ainda em relação aos elementos das estruturas, recomendou-se a solução de

-se, também, a inclusão de vigas metálicas em substituição de vigas de madeira, que se encontram em mau estado, com indícios de infestação de insectos xilófagos ou com zonas apodrecidas. Foi, ainda, especificado o tratamento preventivo/curativo das madeiras que constituem os pavimentos e as coberturas a manter. O tratamento deverá ser realizado através de aplicação de produto insecticida/fungicida, homologado, adequado ao tipo de madeira existente no edifício e,

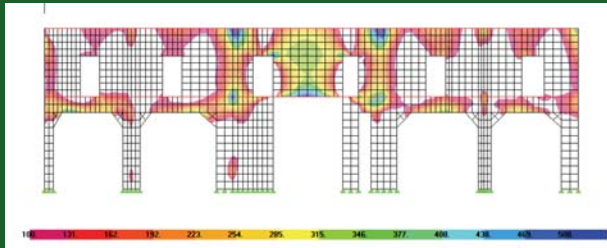


Fig. 3. Tensões máximas na alvenaria numa fachada do edifício na situação actual

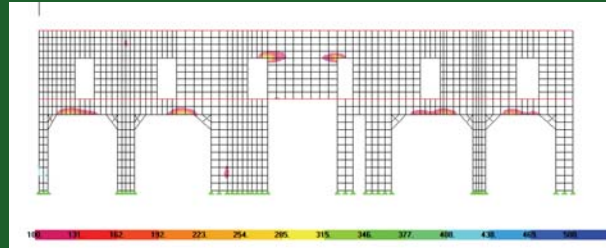


Fig. 4. Tensões máximas na alvenaria na mesma fachada do edifício, após a introdução das medidas correctivas de reforço global da estrutura

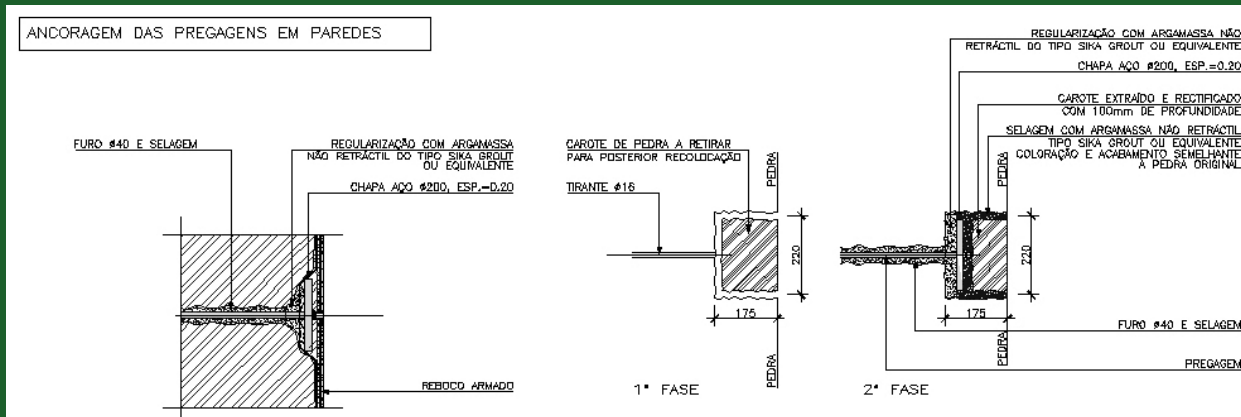


Fig. 5. Pregagens, pormenores das amarrações

tar a separação entre as paredes resistentes, perpendiculares entre si, dado que os elementos de alvenaria, apesar da sua melhor qualidade nos cunhais, não garantem que a separação não ocorra. Para conferir um funcionamento próximo de um diafragma ao nível dos pavimentos, adoptaram-se algumas soluções de reforço, nomeadamente a colocação de tirantes metálicos ao nível dos pisos, permitindo que as paredes dispostas paralelamente entre si

um lintel de betão armado, ao nível da cobertura do edifício B, para o confinamento de todas as paredes de alvenaria no seu topo e permitindo, simultaneamente, o assentamento da nova estrutura metálica da cobertura. Tendo-se verificado que a estrutura de madeira da cobertura do edifício B se encontrava em mau estado de conservação, optou-se pela sua substituição por uma estrutura metálica, com geometria semelhante à existente. Previu-

também, às novas madeiras a aplicar. Nas fundações não se prevê ser necessária qualquer intervenção, dado que as paredes estruturais do edifício assentam sobre estratos de rocha pouco alterada, conforme se pode observar no decorrer das obras dos edifícios anexos.

ANTÓNIO RESSURREIÇÃO,
ANTÓNIO CRAVEIRO,
Eng.º Civis - Entrecálculos, Ld.ª

Reabilitar o Património

A Ermida de Nossa Senhora da Saúde em Tavira foi recentemente alvo de uma intervenção de Reabilitação, tendo sido atribuída à Monumenta, Ld.^a a responsabilidade de execução dos trabalhos.



Antes da intervenção de reabilitação



Durante a intervenção de reabilitação



Depois da intervenção de reabilitação

CARACTERIZAÇÃO

A Câmara Municipal de Tavira decidiu proceder a obras de Conservação da Ermida, nas quais se incluíam a reparação pontual da cobertura e de revestimentos dos paramentos verticais (através da execução de rebocos com argamassas de cal aérea e posterior caiação), intervenções de restauro em painéis de azulejos, recuperação de elementos em madeira, limpeza e reparação de cantarias constituintes do arco triunfal e a total revisão do sistema eléctrico do imóvel.

Da intervenção efectuada, destaca-se a Conservação e o Restauro do revestimento azulejar da capela-mor, da nave e do painel exterior. Para garantir a continuidade da obra de arte, a salvaguarda do original e a sua integridade, estiveram sempre presentes os princípios básicos de Conservação e Restauro, procurando reduzir a intervenção ao mínimo necessário e apostando na compatibilidade dos materiais e na sua reversibilidade.

O tratamento foi definido tendo em conta os resultados obtidos na pesquisa histórica, na observação do estado de conservação, assim como em exames de área e pontuais. Desta forma, efectuou-se um tratamento de fortes bases conservativas, sendo que as etapas de restauro se identificaram com a devolução de equilíbrio estético ao conjunto azulejar, conseguido

através do reassentamento, em posição correcta, dos azulejos trocados, na aplicação de azulejos novos, com manchas de cor e no preenchimento de lacunas e fissuras-fracturas, integradas pictoricamente por processo cromático-tonal.

INTERVENÇÃO

Os procedimentos adoptados para a realização dos trabalhos de Conservação caracterizam-se resumidamente por:

- Remoção de alguns azulejos, que se encontravam em risco de queda ou desagregados do suporte, procedendo a operações de etiquetagem, *fucings* e deposição em caixas próprias, para posterior tratamento;
- Remoção das argamassas dos azulejos retirados;
- Apainelamento dos azulejos removidos, segundo a ordem correcta;
- Remoção de preenchimentos antigos, inadequados e concreções;
- Dessalinização pelo processo de pachos *in situ* e por imersão em tinas de água desionizada;
- Consolidação em seringa de zonas que revelavam fragilidade de aderência, enfraquecimento de argamassas, assim como em outros casos específicos;
- Isolamento de lacunas com consolidante e protecção das chacotas fragilizadas;
- Aplicação de pesticida;

- Limpeza de matéria orgânica;
- Preenchimento de lacunas e fissuras com pasta cerâmica própria para o efeito – absolutamente compatível – e respectivo nivelamento. Realização de colagens e consolidações;
- Remoção das argamassas fendilhadas;
- Limpeza das argamassas a manter;
- Colocação dos azulejos com argamassas de cal e areia, pelo processo tradicional;
- Reintegração cromática a frio e introdução de película de protecção;
- Execução de acabamentos finais e de pormenor, retoques pontuais;
- Elaboração de um relatório final com documentação gráfica e fotográfica.

Salienta-se que este artigo é apenas um pequeno resumo de um extenso e pormenorizado relatório entregue à Câmara Municipal de Tavira documentando integralmente a intervenção efectuada.

Esta intervenção foi feita em colaboração com a Dr.^a Beatriz Albuquerque, da Conservar & Inovar, e com a Conservadora Magda Martins. Pretendeu-se, assim, contribuir para a preservação de um imóvel detentor de uma forte herança histórica e elevada componente cultural.

JOÃO VARANDAS,
Engenheiro, Monumenta, Ld.^a

Com 15 anos de presença no Mercado da Construção Civil e Obras Públicas, a Listorres, S. A. é hoje uma empresa experiente e afirmada

A sua actividade desenvolve-se em diversas áreas da Construção Civil, nomeadamente a Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. Nos últimos anos, devido à exigência do mercado e à experiência adquirida, a Listorres, S. A. direccionou a sua actividade também para a Concepção / Construção, sendo o melhor exemplo a obra de Concepção Construção das Novas Instalações da Polícia Judiciária na Guarda no valor de 2.716.530,56 €, consignada em 19/01/2004 e inaugurada pelo Sr. Ministro da Justiça em 20/10/2004.

Com o objectivo de contribuir também de forma cada vez mais qualificante para o mercado da Construção Civil e Obras Públicas, quer pela dignificação e consciencialização de uma “cultura da classe”, quer pelo nível de qualidade e segurança das obras que executa, esta empresa tem em curso o processo em ordem à Certificação da Qualidade pela NP EN ISO 9001:2000, através do Instituto Técnico para a Indústria da Construção.

Lealdade
Ideias
Saber
Trabalho
Organização
Razão
Rigor
Experiência
Solidez



CONSTRUÍMOS QUALIDADE

EDIFÍCIO LISTORRES
RUA BRASILEIRO LINO DIAS VALENTE, 8
2330-103 ENTRONCAMENTO
T: 240 720 000 A 8 • FAX 240 720 000

Email: info@lisorres.pt

DELEGACIÃO MADEIRA
EDIFÍCIO COOP. AGRÍCOLA, BLOCO C, 2.º E
9000 FUNCHAL
T: 297 241 507 • FAX 297 241 508

ESTALEIRO CENTRAL
OCEIRA
2320 TORRES NOVAS
T: 240 918 900

CONSERVAÇÃO e RESTAURO da TALHA DOURADA e IMAGINÁRIA DA CAPELA DE S. SEBASTIÃO - VILA DO CONDE

A. Ludgero Castro

Grupo de Gestão de Conservação e Restauro

Data de início do tratamento: Setembro de 2004

Data de conclusão do tratamento: Janeiro de 2005



A capela, pertença original do Solar de S. Sebastião, foi desmontada e reconstruída no local actual no fim do Século XIX, em resultado da construção da antiga estrada municipal. A intervenção sobre o recheio artístico, solicitada pelo Município de Vila do Conde, foi concretizada durante o ano de 2004 e assegurou a Conservação, Restauro e Reabilitação deste conjunto patrimonial.

Historial

A capela de devoção a S. Sebastião, pertença original do solar com o mesmo nome, data, provavelmente, da transição do século XVI/XVII. No século XIX foi desmantelada e implantada no cemitério de Vila do Conde. A esta "nova" capela, para além do retábulo mor e imaginária que o acompanharam, foram anexados outros registos artísticos, fruto de doações particulares e provenientes de outras instituições religiosas, entretanto extintas em 1834. O retábulo mor, renascença/maneirista, pontualmente intervencionado no século XIX, distingue-se pela qualidade artística do trabalho de talha, das pinturas e imaginária. Os retábulos laterais são mais tardios e pertencem, tal como as sanefas policromas, ao período neoclássico.

História técnica

O decaimento artístico resultou da degradação estrutural da capela e da manutenção incorrecta (apesar de residir numa vontade genuína de fazer bem). Estes factores promoveram: contaminação por xilófagos; apodreci-

mento do suporte lenhoso; desconsolidação de estruturas e ornamentações; lacunas; oxidação de elementos metálicos; acumulação de sujidade friável e aderente; desgaste e desfacamento de policromia e douramento; repintes; protecções envelhecidas e polimerizadas.

Gestão do trabalho

Neste projecto o Grupo de Gestão de Conservação e Restauro da A. Ludgero Castro, responsável pela organização do trabalho de gestão de património, promoveu a detecção de patologias e execução de peritagens. Detectaram-se características fundamentais: retábulo mor com repinte irreversível e imaginária repintada, consequência, certamente, da alteração da matriz lenhosa e da iconografia dos santos ao longo do tempo. Assim, trouxe-se à luz do dia um novo conjunto de estratos pictóricos, testemunho de reabilitações e de imperativos de modernidade. Perante os resultados promoveram-se três frentes de intervenção: a Conservação, o Restauro e a Reabilitação.

Intervenção

No tratamento de conservação e restauro procedeu-se à eliminação e/ou controlo das suas causas e aplicaram-se métodos, técnicas e produtos compatíveis, de carácter reversível e de envelhecimento devidamente estudado para este fim. O trabalho consistiu em: Execução de levantamentos gráficos e fotográficos; peritagens e sondagens; eliminação de



sujidade; desinfestação; remoção de elementos metálicos sem capacidade funcional; limpeza das superfícies (fim da intervenção de conservação); reintegração volumétrica pontual e nivelamentos; reintegração cromática diferenciada (fim da intervenção de conservação e restauro); reabilitação do douramento do retábulo mor - Após as peritagens, concordou-se em promover o redouramento por processo reversível e distinto do original. Após aplicação de interface separadora à base de resina acrílica (que garante a reversibilidade do processo e a protecção da camada original), promoveu-se simulação de douramento com recurso a liga metálica em folha; acabamento com aplicação de película de protecção final à base de resina acrílica.



Miguel Figueiredo

Grupo de Gestão de Conservação e Restauro

A. Ludgero Castro

Conservação e Restauro de Edifícios e Monumentos

Sede: **Porto**

Rua de Recarei, 860 - Apartado 2003 - 4465-727 Leça do Balio
Tel: 229 511 116 / 229 530 378 / 229 559 931 - Fax: 229 517 517
alcporto@mail.telepac.pt

www.alc.pt

Preservar o Sabor

A produção de vinho é uma parte integrante da nossa vivência, elemento constante no nosso passado e presente. Aqui tratou-se de garantir o seu futuro.



QUINTA DA AGUIEIRA

Historial

O nome Agueira provém de “àquila” – lugar das águia –, sede de concelho em 1514 (por foral concedido por D. Manuel I), que passou, em 1834, a integrar o concelho de Águeda. Sabe-se que, em 1724, existia já uma casa fidalga, hoje denominada Quinta da Agueira, pertencente a João Gomes Martins. Integrada na quinta, a capela de devoção a Nossa Senhora do Bom Despacho foi mandada erguer, pelo proprietário, em 1735, tendo, a partir de 1758, servido de sepulcro para a sua esposa, D. Maria Eufrásia Pacheco.



Merece particular relevo a obra de talha renascentista que a decora interiormente, tanto no altar-mor como no tecto. A actual casa de habitação, ligada à inicial através de um arco, data do século XIX. Uma casa de grandes dimensões que acolhe, na parte mais antiga, as várias salas, e, na parte mais moderna, as dependências de habitação divididas em dois pisos. Junto à casa, encontra-se, de um lado, o antigo celeiro e as dependências agrícolas, e, do outro, a adega, recentemente remodelada e modernizada, a fim de produzir vinho de acordo com as mais inovadoras técnicas. As caves

da antiga residência guardam ainda garrafas de décadas passadas, real testemunho de que certos sabores melhoraram com o passar do tempo.

As colheitas vinícolas desta quinta adquiriram um reconhecimento internacional, comprovado pelas duas medalhas de ouro já conquistadas. As suas características ímpares levaram a Aveleda a adquirir a propriedade em 1998, assumindo a reconversão das vinhas, a reconstrução da Adega e demais edifícios, incluindo a casa residencial. Uma decisão tomada no sentido de desenvolver a produção agrícola, dignificando, assim, a Quinta da Agueira e a região onde está inserida.

Intervenção

A decisão de reabilitação das coberturas revelou algumas das suas patologias – nomeadamente o mau estado de conservação das telhas cerâmicas (tipo lusa) e dos respectivos beirados, assim como o facto de a transição entre as telhas e os beirados não facilitar a drenagem das águas.

A empreitada, realizada pela Empresa Incase-Proyectos e Construção Ld.^a, teve por objectivo proceder à revisão geral da estrutura de madeira das coberturas, a qual incluía a substituição pontual de madeiramentos deteriorados e a sua limpeza. Por esta razão, optou-se pela aplicação do Sistema de SubTelha fibro-betuminosa ondulada da Onduline, resolvendo, deste modo, problemas de humidade e infiltrações. Foram realizados todos os trabalhos necessários ao correcto funcionamento do Sistema Onduline, por exemplo, a nível dos beirados, introduzindo uma tela metálica (Metalfilm) para assegurar a transição entre as Placas de SubTelha e os beirados. Por fim, aplicou-se telha lusa idêntica à existente.

ENG.º CARLOS FERREIRA,
Resp. Qualidade e Comunicação
ENG.º MIGUEL SILVA,
Director Técnico-Comercial
OnduPortugal, S. A.

Fixações com “Bucha Química”

Certificação obrigatória ETA/CE alargada à resina para fixação

Desde 1 de Março de 2005, é obrigatória a certificação ETA/CE para fixações estruturais com resina, situação que vem aumentar as exigências no fornecimento e aplicação desta gama de produtos.



base das resinas baratas disponíveis no mercado. A sua aplicação está condicionada ao betão.

Epoxy – resina com grande aderência e sem retracção. Tem limitações que condicionam a sua utilização em fixações, nomeadamente a sua reduzida tolerância ao fogo e a lentidão de cura.

ANTES DE ESCOLHER

São vários os factores que condicionam a escolha:

- O tempo – muito curto na aplicação de ampolas e mais alargado na injeção com cartuchos. O tempo de cura é de vital importância para determinar o momento de aplicação das cargas;

- A temperatura – as fixações de vinil éster suportam temperaturas constantes de 72°C e pontualmente até aos 120°C. As efectuadas com epoxy de alta qualidade suportam temperaturas constantes de 40°C e pontualmente até aos 50°C;

- A humidade – a sua importância varia conforme o produto. Altamente condicionante no poliéster, pouco relevante no vinil éster e inexistente no epoxy;
- A saúde pública – a presença de estireno, reconhecidamente cancerígeno, constitui um risco, principalmente em aplicações em ambientes fechados.

A Fischer, uma empresa alemã presente há 50 anos no mercado mundial, escolheu a Blau, Ld.^a como parceiro, para o aconselhamento e a venda técnica dos seus produtos em Portugal.

www.fischerwerke.de

Designação do produto Fischer	FIS V	FIS P	FIS EM	FEB-R
Marca CE - Certificação ETA	✓			✓
Tipo Resina	Vinil éster híbrido	Poliéster	Epoxy	Vinil éster
Apresentação	Cartucho	Cartucho	Cartucho	Ampola
Fixação em betão	✓	✗	✓	✓
Fixação em rocha	✓	✓	⚠	✓
Fixação em materiais ociosos	✓	✓	⚠	✗
Furo humido	✓	✗	✓	✓
Furo submerso	⚠	✗	✓	✓
Certificação anti fogo	F 120			
Presença de estireno	sem estireno	sem estireno	sem estireno	sem estireno

✓ - adequado

✗ - inadequado

⚠ - adequado em condições específicas

As fixações químicas têm registado um grande crescimento nos últimos anos, sobretudo a variante de injeção (cartuchos). Este êxito justifica-se por vários motivos, entre os quais se destaca a versatilidade dos produtos e a simplicidade de aplicação. Depois do aparecimento das primeiras resinas de poliéster, houve um esforço de investigação que, em pouco tempo, se traduziu no desenvolvimento de muitos novos produtos – uns de carácter geral e outros que apostam mais na especificidade e inovação. Com a aplicação efectiva da directiva

comunitária, as escolhas ficam mais claras, em nome da segurança de pessoas e bens.

TIPOS DE RESINA

Vinil Éster (Epoxy-Acrilato) – tipo de polímero que constitui a base das resinas de última geração. Não tem reacções desfavoráveis em contacto com o betão e a grande resistência inicial mantém-se ao longo dos anos.

Híbrida – variante do vinil éster com aglomerante mineral. Desta união resulta uma maior resistência ao fogo.

Poliéster – polímero que constitui a

O acto público: modo de usar

Tendo o empreiteiro entregue a sua proposta, a necessidade de saber contra quem concorre e quais as condições oferecidas por essa mesma concorrência irão conduzi-lo ao acto público em que obterá essa informação e estimará, assim, as suas possibilidades de sucesso. Isto, claro, se não for antes excluído pela Comissão de Abertura do Concurso no próprio acto público. É de exclusões que trata este artigo.



Como se sabe, o poder da Comissão de Abertura do Concurso em admitir ou excluir concorrentes ou propostas é vinculado, isto é, a comissão não pode escolher, pode apenas verificar se estão reunidos e, do modo adequado, todos os documentos exigidos pelo programa do concurso. Nada mais! Por isso, caso falte algum documento no envelope respectivo, o concorrente ou proposta têm de ser excluídos. Claro que nos referimos somente aos documentos que sejam exigidos no programa do concurso, assim, quem concorre sozinho não juntará documentos relativos a futuros consorciados, ainda que o programa do concurso os refira.

Os documentos terão que corresponder na exactidão àquilo que é exigido. Deste modo, se o programa exigir cópia do alvará do IMOPPI contendo certas autorizações, a cópia de um alvará que as não contenha não satisfaz essa exigência, devendo o concorrente ser excluído.

Posto isto, se o documento existir mas for apresentado no envelope errado,

entendemos que terá, igualmente, de haver exclusão.

Em todos os outros casos, o concorrente deve ser habilitado ou a sua proposta admitida.

Assim, não pode ser excluído quem apresente documentos em que faltem reconhecimentos de assinatura, certificações ou outras menções supríveis. Nesse caso, o concorrente ou proposta são admitidos condicionalmente, interrompendo-se, de imediato, o acto público para que, em dois dias úteis, o concorrente sane o vício, apresentando, eventualmente, nova via daquele documento. Embora a lei não o esclareça, esta regra tanto vale na fase de habilitação, como na fase de abertura das propostas.

Também não pode ser excluída nesta fase uma proposta que contenha alterações de cláusulas do caderno de encargos não admitidas no programa de concurso, pois, como se disse, neste momento, a comissão apenas verifica questões de ordem formal.

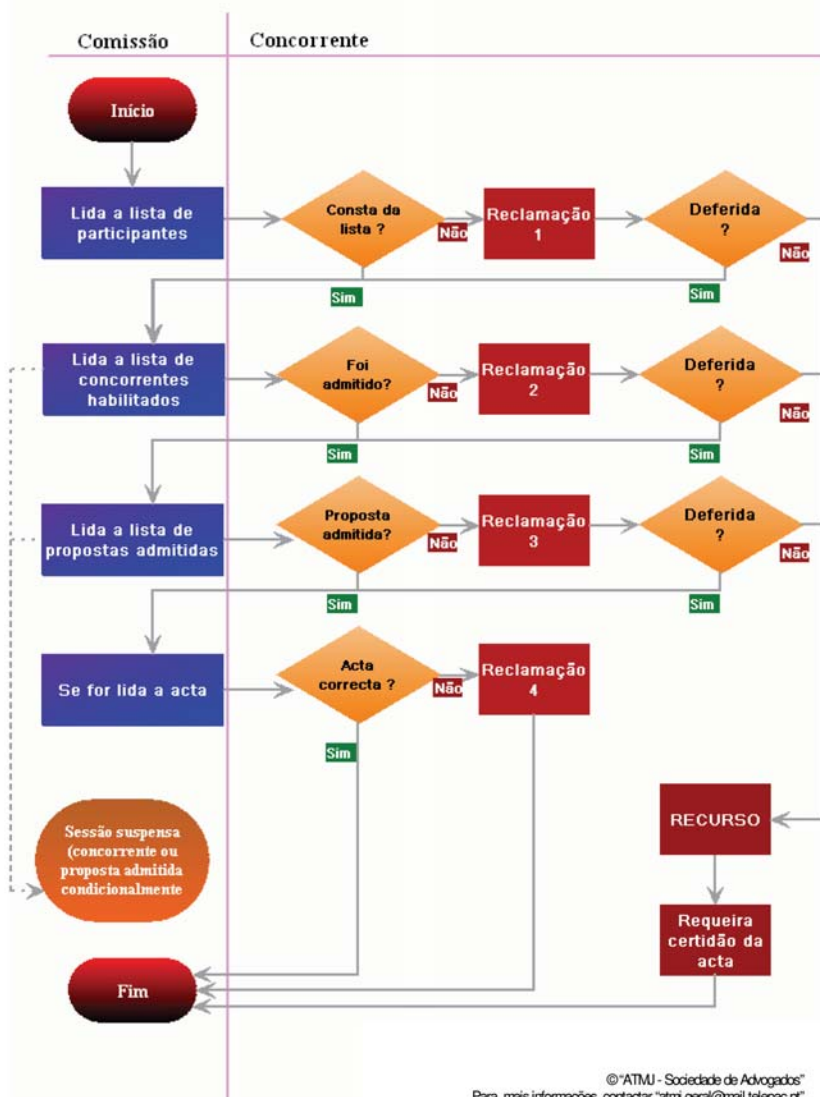
Os concorrentes podem consultar a documentação de todas as propostas,

se o requererem, dizendo que o fazem para instruir uma reclamação (depois são livres de, ponderando melhor, desistirem de a apresentar). Na verdade, no seu interesse e no interesse da colectividade, devem fazê-lo para que seja colocado fora do concurso quem lá não deve estar. Seja porque, não obstante o excelente preço e prazo oferecido, não está habilitado pelo IMOPPI a realizar aqueles trabalhos, ou porque não instruiu a sua proposta com as peças desenhadas que lhe eram exigidas. Isto é, casos em que o concorrente não faz grande ideia do que pretende realizar. Depois o verá, quando ganhar o concurso, como espera, já que oferece um preço "fora de série".

O concorrente deverá também reclamar se, ilegalmente, a comissão o excluir.

Há que ter atenção ao formalismo destas reclamações que, idealmente, deverão ser sempre escritas e apresentadas no momento próprio (uma reclamação sobre a habilitação de um concorrente, quando se abriram já os envelopes das propostas, é tardia).

ACTOS PÚBLICOS (RJEOP)



A reclamação é sempre apresentada, no acto público – como se observa no gráfico que acompanha este artigo –, sendo dirigida à própria comissão que, depois, reúne reservadamente para a apreciar e comunicar a sua de-

liberação. É dessa deliberação que o concorrente pode recorrer hierarquicamente (isto é, se não reclamou antes, já não pode recorrer). O recurso tem, identicamente, de ser apresentado no próprio acto públi-

co. Para tal, o concorrente, logo que lhe seja comunicada a resposta da comissão à reclamação que apresentou, pedirá a palavra para dizer que recorre hierarquicamente ou manifestará essa intenção em documento escrito. Não é necessário fundamentar logo as razões do recurso, tão-só manifestar com clareza a sua intenção de recorrer. Esses fundamentos serão apresentados à entidade que preside ao concurso no prazo de cinco dias úteis, contados a partir do acto público, ou, se igualmente tiver requerido certidão da acta, no prazo de cinco dias úteis contados desde o momento em que essa certidão lhe é entregue.

O não cumprimento estrito deste formalismo acarreta a inutilização do direito do concorrente a recorrer. Desta forma, não havendo prévia reclamação, não poderá haver recurso hierárquico e, não tendo no acto público sido manifestada essa intenção de recorrer, também já não será possível apresentar tal recurso directamente à entidade que preside ao concurso, mesmo que seja nos cinco dias úteis posteriores ao acto público. Pedro & Gó

MIGUEL RESENDE,
Advogado – Sócio da ATJM – Sociedade de Advogados

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ MOREIRA
Mãos à Obra

Sociedade de Construções José Moreira, Lda. - Av. Manuel Albuquerque, Nº15 Rabo de Peixe, 2720-252 AMADORA - Telef: 21 496 12 70 - 21 499 86 50, Fax: 21 495 97 80 E-mail: scm@telepac.pt Cont. Nº 301327000 Soc. por quotas, Capital Social 750.000 Euros. Inscrição no Cons. de Reg. Com. da Amadora sob o Nº 4482

PME
empresas 2001
2000
1998

Museu do Canteiro

Percursos da tecnologia da pedra

No passado dia 22 de Janeiro, foi inaugurado, em Alcains, o Museu do Canteiro. Tendo a sua génese correspondido a uma iniciativa espontânea da comunidade alcainense, formula-se agora como uma instituição autárquica, vocacionada para estudar, preservar e divulgar as práticas e as vivências do trabalho do canteiro.

O museu, instalado num edifício oitocentista, o Solar dos Goulões, de inequívoco valor histórico e artístico – classificado como Imóvel de Interesse Público em 2002 –, apresenta a exposição de longa duração *O Labor do Canteiro*, desenvolvida ao longo de um percurso que acompanha as fases de intervenção sobre a pedra com vista à produção de cantarias. Mostram-se os utensílios mais antigos e tradicionais usados pelos canteiros no decurso das sucessivas operações e também as inovações de que foram objecto, conduzindo ao seu abandono e substituição por maquinarias.

As imagens apresentadas ao longo do percurso documentam práticas e técnicas que conduzem à produção de formas ou à elaboração estética da pedra, dando conta dos traços fundamentais da evolução da actividade pétreia em Portugal.

Integram ainda o circuito do Museu



Exposição O Labor do Canteiro

do Canteiro, a cozinha, cuja lareira e armários de parede, construídos em pedra aparelhada de grandes dimensões, são de destacar, assim como o varandim da capela que faz a ligação do Solar à capela anexa, actualmente denominada de São Brás, onde os habitantes da casa assistiam às cerimónias religiosas.

Outras divisões do edifício exprimem a forte relação dos seus donos com a grande propriedade de tendência latifundiária, assente numa economia de produção de cereais, de pragana e azeite. A título de exemplo, as tulhas e a sala de armazenamento de azeite, que impressionam pela aplicação de cantarias realizada nestes espaços meramente funcionais, também podem ser visitadas.

A escolha do Solar dos Goulões para receber este museu não foi, aliás, feita ao acaso. A elaboração do trabalho da pedra que se verifica neste edifício, in-

vulgar na sua composição interior e exterior, tornam-no um belo exemplar da aplicação do trabalho de cantaria.

O espaço destinado às exposições temporárias constitui o campo dinâmico do Museu do Canteiro, aberto a grande diversidade de propostas, mas cuja temática a abordar será invariavelmente a do canteiro.

Diversos ateliês, promovidos pelo serviço educativo desta instituição museológica, ocupam o segundo piso deste magnífico solar.

SOLANGE ALMEIDA,
MUSEU DO CANTEIRO
Identificação: Solar dos Goulões
Localização: Alcains, Castelo Branco
Protecção: IIP, Dec. N.º 5/2002, DR 42
de 19 de Fevereiro 2002
Museu do Canteiro
Centro Cultural de Alcains
Solar dos Goulões, Rua das Fontainhas, n.º 1
6005 Alcains, Tel.: 272 900 220
museudocanteiro@sapo.pt



Visita Estaleiro-Aberto GECORPA ao Palacete dos Maristas, Porto

Trabalhos de conservação de interiores
– A. Ludgero Castro, Ld.^a

1 de Junho, 15h

À semelhança das anteriores, esta visita aposta numa forte componente técnica, que estará a cargo dos responsáveis pelas intervenções de conservação e restauro visitadas. Há possibilidade de observar *in loco* as diferentes características da obra. Será distribuída aos participantes documentação apropriada.

Informações: GECORPA

Tel.: 213 542 336 – **Fax:** 213 157 996

Site: www.gecorpa.pt

Inscrições: € 25; € 15 estudantes

Ciclo de Conferências “Metodologias de Intervenção em Monumentos”

15.º Aniversário do Mestrado

**“Recuperação do Património
Arquitectónico e Paisagístico”
da Universidade de Évora**

Colégio Verney, Sala 138 - 11h

Entrada Livre

27 de Maio: “Intervenções não intrusivas em Edifícios Históricos”,
V. Córias e Silva

3 de Junho: “Intervenção na Igreja
de N. S. da Conceição (Vila Viçosa)”,
José Filipe Ramalho

17 de Junho: “Segurança contra
incêndios em edifícios”, António
Leça Coelho

24 de Junho: “A importância da ar-
quitectura paisagista na valorização
do lugar”, Gonçalo Ribeiro Telles

Informações: Colégio Verney da Universida-
de de Évora, Rua Romão Ramalho, 59

Tel.: 266 745 333/34

E-mail: vjf@uevora.pt



6.ª Bienal Europeia de Cidades e Planeadores de Cidades

Data e local: 9, 10 e 11 de Junho, Copenhaga

Temas: “Cidades Europeias – Desafios num mundo Global”

“Vida e habitação nas cidades europeias”

“Planejar a Cidade Europeia Futura”

A região de Øresund foi escolhida para anfitriã de um exemplo único da nova definição de fronteiras das redes de trabalho de colaboração urbana e regional. A Bienal será composta por uma conferência, acompanhada, durante as manhãs, por exposições, leituras, apresentações multimédia, assim como outros eventos. As tardes serão ocupadas pela apresentação de planeamento contemporâneo de cidades. Workshops e visitas no terreno terão lugar em localizações urbanas de interesse, nomeadamente em cidades como Copenhaga, Frederiksberg, Malmö e Lund.

Informações: info@cityliving-livingcity.org • <http://www.cityliving-livingcity.org>
<http://www.planum.net/showspace/6thbiennial.htm>



RIPAM2005

**Encontro Internacional sobre o Património Arquitectónico
Mediterrânico**

Data e local: 26 a 28 Setembro em Meknes, Marrocos

Organização: Faculdade de Ciências, Universidade Mou-
lay Ismail, de Marrocos, em colaboração com Le Centre Interregional de Conser-
vation et de Restauration du Patrimoine (CICRP), de Marselha e Le Réseau Eu-
ropean Pact.

Uma conferência científica que reúne especialistas que trabalham sobre o patri-
mónio cultural arquitectónico, a sua História, materiais de construção técnica,
degradação e conservação. Com esta conferência pretende-se fortalecer a coope-
ração entre investigadores de instituições nacionais e internacionais, no sentido
de trocar ideias e experiências que melhorem o conhecimento e as técnicas de
conservação do património cultural arquitectónico.

Informações: www.fsmeck.ac.ma/ripam2005
Tel.: + 212 61 38 66 93; + 212 66 51 61 70 • **Fax:** + 212 55 53 68 08
E-mail: kamel@fsmeck.ac.ma; mhaddad@fsmeck.ac.ma

A Intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação

Data: 12, 13 e 14 de Outubro



Na sequência do sucesso alcançado no primeiro seminário pro-
movido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
(FEUP) em parceria com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monu-
mentos Nacionais (DGEMN), as duas entidades estão a organizar
o segundo seminário sobre “A Intervenção no Património; Práti-
cas de Conservação e Reabilitação”. É intenção dos organizadores
que este evento seja potenciador de um debate alargado sobre o
património construído, de reflexão sobre o seu estado actual e de
como intervir de forma sustentada numa perspectiva de futuro.

As áreas em debate repartem-se por cinco sessões dedicadas a te-
mas de grande actualidade no domínio do património edificado.

Informações: Clotilde Bento, FEUP, DECivil

Tel.: + 351 225 081 944 • **Fax:** +351 225 081 446 • **E-mail:** ncrep.seminario@fe.up.pt

<http://ncrep.fe.up.pt/seminario.htm>

Almoço Comemorativo

25 anos e 1300 obras depois...



No passado dia 9 de Abril, a Stap celebrou o seu 25.º aniversário com um almoço que reuniu todos os colaboradores do grupo, bem como os respectivos cônjuges e filhos.

O evento, que decorreu em Azeitão, teve início com a recepção dos convidados e a realização de uma “fotografia de família”. Após o almoço, e enquanto decorriam iniciativas de animação para crianças, o Presidente do Conselho de Administração endereçou algumas palavras aos presentes.

O Eng.º Cóias e Silva começou por agradecer às famílias dos colaboradores o frequente sacrifício do convívio familiar, resultante do facto de as obras serem, muitas vezes, em lugares distantes do lar. De seguida, recapitulou o projecto empresarial do grupo a que a Stap pertence, destacando cinco aspectos essenciais e orientadores do seu percurso:

- Valorização da ética e da responsabilidade social das empresas do grupo;
- A importância dada às pessoas, salientando os bons resul-



tados do continuado esforço de valorização dos recursos humanos;

- A importância do trabalho em equipa;
- As vantagens da cooperação com as outras empresas do grupo: Gestip, Mestres Carpinteiros, Monumenta, Oz e Tecnocrete.

Depois de traçado um panorama optimista do futuro da empresa, foi altura de cantar os parabéns. A considerável tarefa de apagar as velas do bolo de aniversário esteve a cargo da colaboradora mais jovem do grupo, Patrícia Amorim. Em seguida, o animador Bruno “Marx” assumiu o controlo e, após uma actuação recreativa, procedeu ao sorteio de uma bicicleta para cidade e de uma viagem para duas pessoas, com destino à escolha, no valor de € 2500. Os vencedores foram, respectivamente, José Lourenço e Ana Cravinho.

Antes de a comemoração chegar ao fim, procedeu-se à distribuição de lembranças a todos os participantes, com particular atenção aos mais jovens.

IX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico

A Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico e a Câmara Municipal de Mértola organizaram o nono encontro subordinado ao tema “Tradição e Inovação”, que decorreu de 21 a 23 de Outubro de 2004, nesta vila alentejana. Das conclusões do encontro, publicadas na revista *Centros Históricos* (n.º 17,

Abril 2005), salienta-se o “reconhecimento da importância da reabilitação dos centros históricos de forma articulada e enquadrada no âmbito de uma estratégia global que combine as raízes da memória com as exigências do presente e do futuro”, a “elaboração de planos de gestão dos centros históricos”, a “valorização das políti-

cas (...) de recuperação do edificado como contraponto à construção nova” e a “necessidade de fixação da população” como forma de evitar “o aumento de fogos devolutos”, entre outros propósitos. O próximo encontro está marcado para Maio na Nazaré.

M.B.C.

OCDE promove o Uso Sustentável do Stock Construído

As políticas governamentais podem desempenhar um papel importante na redução dos impactos ambientais do sector da construção. Uma vez que os principais desafios do desenvolvimento sustentável residem na criação de sinergias e na gestão de intercâmbios entre a dimensão social, económica e ambiental, estas políticas devem, ainda, contribuir para reduzir os fossos entre estas áreas. Foi neste contexto que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) lançou, em 1998, a primeira fase do seu projecto para a construção sustentável. Focaram-se as questões ambientais intimamente relacionadas com o projecto de novos edifícios: redução das emissões de CO₂, minimização dos resíduos e prevenção

da poluição do ar interior. A segunda fase do programa, que começou em 2002, desdobra-se em dois subprogramas complementares. O primeiro foca a construção socialmente sustentável. O seu objectivo é promover políticas que levem ao melhor funcionamento do mercado da habitação, como forma de disponibilizar habitações condignas para todos os grupos da sociedade. O segundo subprograma incide sobre o uso sustentável do *stock* construído. Tem por objectivo promover políticas que contribuam para aumentar a vida útil efectiva dos edifícios, permitindo-lhes, de uma forma mais flexível, cumprir requisitos económicos, sociais e ambientais.

Fonte: Sustainable Building 1-2005

Oz com resultados positivos

Apesar da grande retracção que tem afectado o sector da construção, a Oz Ld.^a, alcançou em 2004 um volume de negócios de 675 mil euros – um crescimento de quase oito por cento face a 2003 – tendo apresentado resultados positivos. No mercado desde 1988, a Oz dedica-se à realização de estudos de diagnóstico de anomalias em construções, incluindo todos os trabalhos preliminares de inspecção, levantamento e ensaio, necessários à adequada definição da estratégia para a reabilitação das construções existentes, de um modo geral e do património arquitectónico em particular. Acumulando uma experiência de mais de 600 trabalhos realizados, maximizando a qualidade dos seus serviços e a satisfação dos seus clientes, a Oz é detentora de certificação segundo as normas ISO 9000 desde 1999, e goza do estatuto de “gestor geral da qualidade” da marca de Qualidade LNEC desde 2000. Esta tendência de crescimento, poderá ser fruto de uma maior preocu-



Deteção de alterações no interior de elementos estruturais de madeira por meio de resistografia

pação dos donos de obra pela manutenção dos seus imóveis, procurando sustentar, por meio de estudos elaborados pela Oz, as intervenções de manutenção e reabilitação.

A Oz lançou, entretanto, um serviço de elaboração de planos de manutenção de edifícios, estando, neste momento, a implementar dois novos serviços: um de verificação da resistência sísmica de edifícios existentes e outro de formação em inspecção e reabilitação de estruturas, com recurso ao *e-learning*.

Bens portugueses propostos a Património Mundial



A Comissão Nacional da UNESCO e o Grupo de Trabalho Interministerial para a Coordenação e

Acompanhamento das Candidaturas de Bens Portugueses à Lista do Património Mundial, Cultural e Natural aprovaram a seguinte lista indicativa do Património Mundial (condição indispensável para apresentação de candidatura junto da UNESCO):

- Buçaco
- Costa Oeste
- Fortificações de Elvas
- Palácio, Convento e Tapada de Mafra
- Universidade de Coimbra

A Comissão Nacional da UNESCO mudou as suas instalações para a Rua Latino Coelho, n.º 1 – 10.º andar; 1050 - -132 Lisboa. Alterou também o endereço electrónico para cn.unesco@netcabo.pt. Mantém o *site* – www.unesco.web.pt – agora com imagem renovada.

GECORPA integra dois novos sócios

No passado mês de Abril, candidataram-se a associadas do GECORPA as empresas BEL, S. A. e BLAU, Ld.^a, tendo sido integradas nos grupos III - Execução dos trabalhos/Empreiteiros e Subempreiteiros e IV - Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais, respectivamente.



Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.

A BEL - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A., foi fundada em 1958 e dedicou-se inicialmente à realização de trabalhos de consolidação de fundações de barragens e pontes. Daqui foi estendendo a sua actuação a todos os trabalhos de geotecnia e fundações, e mais tarde a trabalhos de Inspeção, Diagnóstico, Reabilitação e Reforço de Estruturas e Conservação de Monumentos.

De entre as intervenções mais recentes da empresa, no Património Histórico Arquitectónico, realizadas para o IPPAR, destacam-se: Reabilitação da Sé Nova de Coimbra; Conservação e Restauro da Capela de S. Jorge de Aljubarrota; Reabilitação da Torre de Menagem do Castelo de Mértola e a Consolidação das Ruínas da Sé da Cidade Velha em Cabo Verde.

A BLAU, Ld.^a é uma empresa de comércio e serviços de equipamentos para corte, furação e fixações em betão

e alvenarias. Importador das marcas Tyrolit, Hydrostress e Fischer tem assistência técnica própria e cobertura comercial de todo o território nacional.

Enquanto interlocutor privilegiado com os fabricantes, a Blau, Ld.^a facilita e garante a transferência do saber e competências acumuladas pelas marcas líderes no mercado global.



Reunião do GECORPA com técnicos da Câmara Municipal de Lisboa

A Direcção do GECORPA reuniu-se, no passado dia 6 de Abril, com os responsáveis da Divisão de Planeamento e Projectos da Direcção Municipal de Habitação da Câmara de Lisboa a fim de trocar impressões e experiências nos domínios da reabilitação do edificado. Foram apresentados os princípios que

o Grémio defende, nomeadamente os relacionados com a metodologia da intervenção e a qualificação dos intervenientes.

A indagação junto do GECORPA pelas entidades decisoras do Património, quer públicas quer privadas, tem vindo a ser uma constante, indiciando a visi-

bilidade do Grémio em questões de qualidade e excelência na Conservação e Restauro do edificado. Este crescente interesse é, igualmente, um sintoma claro e desejável do incremento da responsabilização dos municípios pelos seus centros históricos e áreas urbanas protegidas.

Seleccção e disponibilização de novos produtos de *merchandising*

O GECORPA tem vindo a seleccionar alguns produtos de *merchandising* para disponibilizar aos seus sócios. Destes produtos destacam-se os *Placards* de Obra, ideados para distinguir a qualidade das intervenções, no património arquitectónico e construções antigas. Estes *placards*, disponíveis em suporte rígido ou em lona e em várias dimensões, destinam-se à divulgação da empresa como associada do Grémio, integrando os logotipos e contactos de ambos, assim como uma frase à escolha do associado.

Para saber mais sobre os nossos produtos de *merchandising*, contacte-nos.





Conservação:

vítima do seu próprio sucesso

Um dos problemas do património móvel e integrado está na sua mobilidade. Esta verdade *La Palissiana* esconde um problema cada vez mais preocupante na defesa do património cultural, o roubo de elementos arquitectónicos. Numa ocasião, durante o diagnóstico de uma quinta nos arredores de Lisboa, inquiri os responsáveis sobre a azulejaria exterior, visivelmente em falta, e disseeram-me que a tinham retirado eles próprios, depois de verificarem o roubo discreto e contínuo de azulejos, na sequência da sua publicação num livro. Mais caricato ainda é o caso de uma amiga que se queixava de lhe terem roubado a varanda da casa em pleno Alentejo! Estes são apenas alguns exemplos de um problema que começa a atingir proporções epidémicas e serve de tema para este artigo.

A imobilidade de um elemento arquitectónico, enquanto parte integrante de um todo, está descrita no artigo 8.º da Carta de Veneza (www.icomos-international.org): "Items of sculpture, painting or decoration which form an integral part of a monument may only be removed from it if this is the sole means of ensuring their preservation." No entanto, silhares de azulejos, pedras de lareira, vitrais ou gradeamento de ferro encontram-se muitas vezes à venda, por comerciantes pouco escrupulosos, constituindo a sua reutilização

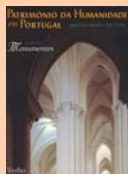
em operações de restauro um perigoso ciclo vicioso. O site www.salvovoweb.com (*architectural salvage*) apresenta uma lista de sítios de venda legítima destes objectos, caso da Lassco (www.lassco.co.uk). No entanto, a venda deste património está muitas vezes rodeada de incertezas quanto à sua origem, levando à criação do "The Arts and Antiques Squad", na New Scotland Yard (ver Context 24 e 43, www.ihbc.org.uk). Em Portugal, é de louvar o "Projecto Igreja Segura" (www.igrejasegura.com.pt) concebido pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais em parceria com diversas Entidades Públicas e Privadas. O site www.thefts-alert.com pretende precisamente fazer eco desta preocupação, através da publicação *on-line* de objectos roubados, com detalhes da data do roubo, localização, descrição e fotografias. A lista é imensa e inclui várias categorias (gradeamento, lareiras, portas, pavimentos, estatuária, entre outras). Disponibiliza, ainda, uma linha telefónica de apoio e denúncia para a zona de Londres (a taxa de recuperação situou-se em 14 por cento entre 1995 e 2001) e permite a procura por país. Procurei por Portugal e diz que não há registos – era bom –, vou falar com a minha amiga.

Por fim, uma nota sobre a Potássio Quatro (www.potassioquatro.com), empresa que comercializa produtos

e equipamentos para conservação do património, que abriu recentemente uma loja no Centro Cultural de Belém – interessante aproximação ao público não especializado. Oferece um amplo conjunto de soluções "para apoiar todos aqueles que se dedicam à preservação e valorização da memória", segundo três vectores: *Collect* (antiguidades e leilões), *Conservation Solutions* (materiais, equipamentos e literatura para colecções) e *Learning* (formação e visitas de estudo). No campo do património móvel, a oferta não se resume aos produtos, apresentando Antiguidades e Coleccionismo (selos, cromos, postais, discos vinílicos, brinquedos), Arqueologia (equipamento e produtos), Bibliotecas e Arquivos (filmes, jornais, fotografias, partituras, desenhos e aquarelas), Conservação e Restauro (cerâmica, vidro, têxteis, estuques, gessos), Fotografia e Audiovisuais (cassetes, CDs, microfilmes, negativos, películas), Museologia e Espaços Históricos (equipamento de conservação preventiva e controlo ambiental) e Produção Artística (escultura, desenho, gravura, artes decorativas).

JOSÉ MARIA LOBO DE CARVALHO, Arquitecto, Mestre em Conservação do Património (York). Actualmente, desenvolve o Doutoramento no IST, enquanto bolseiro da FCT

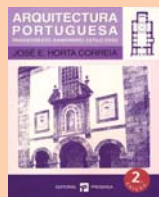
NOVIDADES


Património da Humanidade em Portugal Volume I: Monumentos; Volume II: Sítios

Autor: João Paulo Sacadura, Rui Cunha

Desde 1983 até aos nossos dias, 11 monumentos e sítios em Portugal – abrangendo mais de 200 séculos de História da Humanidade – foram considerados de excepcional valor universal, e, por isso, dignos de figurar neste restrito catálogo. João Paulo Sacadura, autor de um texto bem fundamentado, elegante e claro, convida o leitor a conhecer melhor algumas das obras que nos honram aos olhos do Mundo – sempre ilustradas por magníficas fotografias de Rui Cunha, que quase fixam o espírito do lugar. Com prefácio de Diogo Pires de Aurélio, Comissário Geral da UNESCO em Portugal, o primeiro volume percorre, isoladamente, os seguintes monumentos: Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo, Arte Rupestre do Vale do Côa. O segundo volume visita os sítios de Angra do Heroísmo, Évora, Sintra, Porto e Madeira.

Edição: Editorial Verbo
Preço: € 54,99 cada
Códigos: VRB.E.1; VRB.E.2


Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão

Autor: José Horta Correia

O Património Arquitectónico português traçado entre o segundo quartel do século XVI e meados do século XVII é o objecto deste estudo. Neste espaço de tempo, sucederam-se diferentes movimentos culturais – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão –, os quais deixaram a sua marca na estética de construção de edifícios civis e religiosos. Apoiado por uma análise contextualizada pela realidade política, social e cultural da época, o autor apresenta uma perspectiva inovadora nos seus conceitos epistemológicos. Arquitectura Portuguesa é, assim, um texto de inegável valor didáctico, construído sobre pressupostos de métodos bem definidos.

Obra para professores e estudantes de História da Arte, igualmente acessível a todos aqueles a quem este tema interessa. Inclui bibliografia geral e específica, bem como numerosas fotografias.
Edição: Editorial Presença
Preço: € 12,72
Código: PRES.E.19


1755 O Terramoto de Lisboa

Autor: João Duarte Fonseca

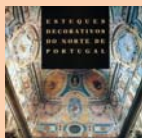
Trata-se de um livro dedicado a uma das maiores referências históricas da cidade de Lisboa – o Terramoto de 1755. É uma obra indispensável para conhecer e entender dados sismológicos, o impacto cultural, e o contexto histórico dos acontecimentos que mudaram o curso da História da cidade.

Obra evocadora dessa calamidade, está amplamente documentada com transcrições de textos da época e destina-se a divulgar, a um público alargado e mediante linguagem acessível, as diversas facetas do impacto do terramoto de Lisboa na Península Ibérica e no resto da Europa.

Além do seu carácter de divulgação, este livro assume-se como um álbum/roteiro da iconografia oitocentista dedicada ao tema, reunindo, pela primeira vez, 85 imagens da época. Sem dúvida, uma edição com assinalável interesse documental, cultural e pedagógico, e de grande valor para professores, estudantes, técnicos, agentes e intervenientes na cidade.

Edição: Argumentum
Preço: € 35,00
Código: ARE.E.3

Outros títulos à venda na Livraria GECORPA

Estuques Decorativos do Norte de Portugal


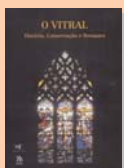
Autor: Florido de Vasconcelos
Edição: CRAT
Preço: € 6,48
Código: CRAT.E.2

A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação


Autor: AA. VV.
Edição: DGEMN / FEUP
Preço: € 50,00
Código: DG.A.2

A Real Abadia de Alcobaça. Estudo histórico-arqueológico


Autor: Artur Nobre de Gusmão
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 12,67
Código: HTE.10

O Vitral: História, Conservação e Restauro


Organização: Mário Abreu, Pedro Redol, Júlio Órfão
Edição: IPPAR
Preço: € 19,95
Código: IPA.2

História e restauro da pintura do retábulo-mor do Mosteiro dos Jerónimos


Autor: Carmen O. de Almada, Luís T. Figueira, Vítor Serrão
Edição: IPPAR
Preço: € 27,43
Código: IPE.4

Teatro Nacional de S. João


Coordenação: Mafalda Magalhães de Barros
Edição: IPPAR
Preço: € 14,96
Código: IPE.5

O Palácio da Pena


Autor: Paulo Pereira, José Martins Carneiro
Edição: IPPAR / Scala
Preço: € 19,95
Código: IPE.2

O Palácio e os Jardins de Queluz


Autor: Maria Inês Ferro
Edição: IPPAR
Preço: € 19,95
Código: IPE.7

O Palácio Nacional de Sintra


Autor: José Custódio Vieira da Silva
Edição: IPPAR
Preço: € 13,97
Código: IPE.9

Restauro de Mosaico


Autor: Adília Alarcão, Carlos Beloto
Edição: IPPAR
Preço: € 4,99
Código: IP.M.2

Abóbada da Charola do Convento de Cristo. Restauro


Autor: AA. VV.
Edição: IPPAR
Preço: € 2,29
Código: IPR.2

Arquitectura e Poder: o Real Edifício de Mafra


Autor: António Filipe Pimentel
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 23,57
Código: HTE.9

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt



Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5 e 6 da **Pedra & Cal** encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM *Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)*, à venda na Livraria GECORPA.

Nota de Encomenda

Nome		Endereço			
Código Postal	Localidade	Telefone	Fax		
N.º Contribuinte		E-mail			
Associado do GECORPA (10% de desconto) <input type="checkbox"/> Assinante da <i>Pedra & Cal</i> (10% de desconto) <input type="checkbox"/>		Actividade / Profissão			
<input type="checkbox"/> Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio.					
Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)
Total:					euros
Junto cheque n.º		sobre o Banco		no valor de _____ euros, à ordem do GECORPA	
Data		Assinatura			

(*) Os descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números da *Pedra & Cal* já publicados.

(**) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70.

Quanto aos números da *Pedra & Cal* já publicados, os portes de correio fixam-se em € 1,20. Para mais informações, consulte as Condições de Venda na Livraria Virtual.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECORPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para GECORPA, Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º 1050-170 Lisboa.

Consulte a Livraria Virtual do GECORPA em www.gecorpa.pt onde poderá encontrar estes e outros livros

Área de gessos e estuques ornamentais



1. Em obras de conservação da minha casa, encontrei trabalhos de escaiola por baixo da pintura das paredes. Como deverei proceder à sua recuperação?

Na generalidade dos casos, é sempre possível retirar a tinta, na medida em que a escaiola é um acabamento de baixa rugosidade, não permitindo que a tinta penetre no seu interior. No entanto, cada caso é um caso, e devem-se fazer sempre testes de limpeza, a fim de se optar pelo procedimento menos danoso para a superfície da escaiola. Os testes podem ser feitos por via química (solventes), via mecânica, ou ambas. Não existem fórmulas ou receitas, terá que ser o bom senso e a prática do Técnico de Conservação e Restauro a supervisionar os testes e a optar pela melhor solução.

2. É possível levantar a tinta plástica superior sem danificar o estuque ou pintura a fresco que se encontra por baixo?

É possível e relativamente fácil, se realmente se tratar de tinta plástica. Uma possibilidade passa, por exemplo, pelas soluções de acetona. No entanto, estas soluções devem ser estudadas para ter a certeza que não danificam a pintura. Só um técnico com experiência comprovada terá conhecimento suficiente para testar as soluções e propor o procedimento correcto.

Paulo Ludgero Castro



Restauro de pintura mural

O GECORPA constituiu um grupo técnico de apoio para tentar responder a questões práticas que surjam durante as diferentes fases do trabalho de conservação do património e da reabilitação do edificado.

Este grupo de apoio é constituído pelos Engenheiros Carlos Mesquita, da OZ, Ld.^a (área de diagnóstico), Vítor Cóias e Silva, do GECORPA (área estrutural), Paulo Ludgero Castro, da A. Ludgero Castro, Ld.^a (área de gessos e estuques ornamentais) e Maria Amélia Dionísio, do Instituto Superior Técnico (IST), para questões relacionadas com a pedra. Estes especialistas responderão às questões que os nossos leitores encontrem nas diversas fases de um trabalho de conservação e reabilitação do património arquitectónico e das construções antigas, dando o seu parecer e concorrendo, assim, para a boa prática da actividade. Para outras questões que não estejam directamente relacionadas com estas áreas, o GECORPA encarregar-se-á, dentro do possível, de procurar o especialista indicado para responder aos nossos leitores. Pedra & Cal

Envie as suas questões para:

Consultório GECORPA

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º • 1050-170 Lisboa • info@gecorpa.pt • Fax: 213 157 996

Nota: As respostas devem ser enviadas directamente via e-mail e, posteriormente, serão publicadas na *Pedra & Cal* e no site.

GRUPO I

Projecto,
fiscalização
e consultoria



arquitectos

ANTÓNIO DA COSTA LIMA
FERNANDO HO
FRANCISCO LOBO
PEDRO ARAÚJO

A. da Costa Lima, Fernando Ho,
Francisco Lobo e Pedro Araújo
- Arquitectos Associados, Ld.^a
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação e
renovação de construções antigas.
Estudos especiais



CONSULMAR AÇORES
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA.

Consulmar Açores - Projectistas e
Consultores, Ld.^a
Projecto, consultoria e fiscalização.



O futuro em perspectiva segura.

LEB - Consultoria em Betões
e Estruturas, Ld.^a
Projecto, consultoria e fiscalização na
área da reabilitação do património
construído.



MC arquitectos lda

MC Arquitectos, Ld.^a
Projectos de arquitectura.
Levantamentos, estudos e
diagnóstico.



PENGEST - Planeamento,
Engenharia e Gestão, S. A.
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação,
recuperação e renovação de
construções antigas. Gestão,
Consultadoria e Fiscalização.



ERA - Arqueologia - Conservação
e Gestão do Património, S. A.
Conservação e restauro de estruturas
arqueológicas e do património
arquitectónico. Inspeções e ensaios.
Levantamentos.



OZ - Diagnóstico, Levantamento
e Controlo de Qualidade
de Estruturas e Fundações, Ld.^a
Levantamentos. Inspeções e ensaios
não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO II

Levantamentos,
inspeções
e ensaios

GRUPO III

Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros



A. LUDGERO CASTRO

A. Ludgero Castro, Ld.^a
Consolidação estrutural. Construção
e reabilitação de edifícios.
Conservação e restauro de bens
artísticos e artes decorativas:
estuques, talha, azulejaria,
douramentos e policromias murais.



Alfredo & Carvalhido, Ld.^a
Conservação e restauro do
património arquitectónico.
Conservação e reabilitação de
construções antigas.



Alvenobra - Sociedade de
Construções, Ld.^a
Reabilitação, recuperação e
renovação de construções antigas.



CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

AMADOR, Ld.^a
Conservação, restauro e reabilitação
do património construído e
instalações especiais.



A.SANTOS & SANTOS

Antero Santos & Santos, Ld.^a
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e
renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.

AUGUSTO DE OLIVEIRA
FERREIRA & Cª, LDA.

Augusto de Oliveira
Ferreira & Cª, Ld.^a
Conservação reabilitação de
edifícios. Cantarias e alvenarias.
Pinturas. Carpintarias.




BEL - Engenharia e Reabilitação
de Estruturas, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação
e renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



Brera - Sociedade de Construções e Representações, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios.



Construções Borges & Cantante, Ld.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação de construções antigas.



COPC - Construção Civil, Ld.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação estrutural.



Cruzeta - Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.^a
Conservação e reabilitação de construções antigas. Limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.



CVF - Construtora de Vila Franca, Ld.^a
Conservação de rebocos e estuques.
Consolidação estrutural.
Carpintarias. Reparação de coberturas.



GECOLIX - Gabinete de Estudos e Construções, Ld.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico.
reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.
Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



L.N. Ribeiro Construções, Ld.^a
Construção e reabilitação de edifícios. Consolidação de fundações.



Listorres - Sociedade de Construção Civil e Comércio, Ld.^a
Construção e reabilitação de edifícios.



MELIOBRA - Construção Civil e Obras Públicas, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios.



MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios.
Conservação e reabilitação de património arquitectónico.
Conservação de rebocos e estuques e pinturas.




Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a
Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural.
Conservação de cantarias e alvenarias.



Na Esteira, Sociedade de urbanização e Construções, Ld.^a
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



Poliobra - Construções Cíveis, Ld.^a
Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre - Estudos e Construções, S. A.
Construção de edifícios.
Reabilitação. Consolidação estrutural.



Sociedade de Construções José Moreira, Ld.^a
Execução de trabalhos especializados na área do património construído e instalações especiais.



Sofranda - Empresa de Construção Civil, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.




Somafre - Construções, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.
Reabilitação de estruturas de betão.
Consolidação de fundações.
Consolidação estrutural.



Tecnasol FGE - Fundações e Geotecnia, S. A.
Fundações e Geotecnia. Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais

blau**BLAU, Ld.ª**

Distribuição de produtos e materiais
vencionados para o Património
Arquitectónico e Construções
Antigas.

BLEU LINE**BLEU LINE - Conservação e****Restauro de Obras de Arte, Ld.ª**

Materiais para intervenções de
conservação e restauro em
construções antigas. Conservação
de cantarias.

Onduline**ONDUPORTUGAL - Materiais de
Construção, S. A.**

Produção e comercialização de
materiais para construção.

Robbialac**Tintas Robbialac, S. A.**

Produção e comercialização de
produtos de base inorgânica para
aplicações não estruturais.

**Tecnocrete - Materiais
e Tecnologias de Reabilitação
Estrutural, Ld.ª**

Produção e comercialização
de materiais para a reabilitação.

Para mais informações acerca dos associados GECORPA, das suas actividades e dos seus contactos,
visite a rubrica "associados" no nosso site www.gecorpa.pt

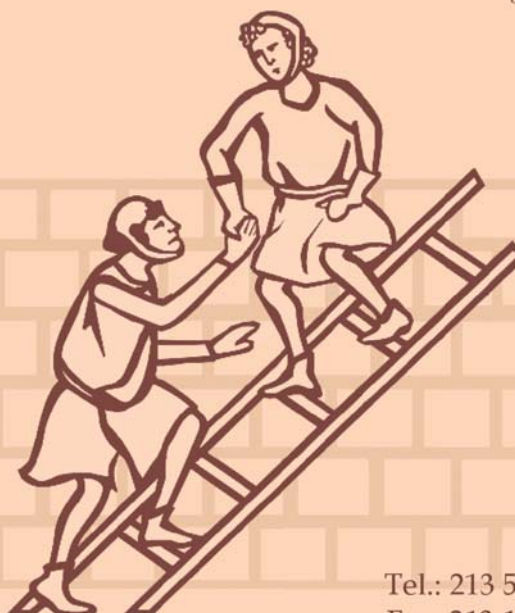
Traga um **novos associado!**

A representatividade e a
actuação do GECORPA
assenta nos seus associados.

Não basta que sejamos **bons,**
é preciso que sejamos **muitos!**

O GECORPA pretende
agregar empresas de
conservação, restauro e
reabilitação do património
construído. Não só da
construção, mas também do
projecto, consultoria,
instalações especiais...

Associe-se ao GECORPA, ou,
no caso de já pertencer ao
nosso Grémio, traga um novo
associado e contribua para o
fortalecimento desta
associação empresarial.

**GECORPA**
www.gecorpa.pt

Tel.: 213 542 336

Fax: 213 157 996

E-mail: info@gecorpa.pt

GECORPA: Pela Excelência na Conservação do Património Arquitectónico

Construir, em vez de reabilitar

Os custos escondidos de políticas erradas

Ao fim de algumas décadas de políticas públicas, que, expressamente ou por omissão, favoreceram o crescimento exponencial da construção de novas habitações, é hoje consensual a necessidade de dar prioridade à reabilitação do parque edificado. Foi preciso que o fenómeno atingisse proporções dramáticas para que o Governo de Durão Barroso encarasse o problema a sério e promulgasse legislação nesse sentido, a qual está, agora, a dar os primeiros passos com a criação das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU).

À ocupação desordenada de terras férteis, aos enormes investimentos em infra-estruturas e equipamentos (sempre tardios e insuficientes), às perdas de quota sucessivas do transporte público face ao individual, ao despovoamento das cidades com a degradação e esvaziamento do parque habitacional, entre muitos outros, os poderes públicos mantiveram-se surdos, cegos e mudos, com a desculpa de que se tratava de um processo inelutável de urbanização da sociedade e do território.

No entanto, se os aspectos referidos são consensualmente tidos como negativos, outros há, que no quadro da crise económica e financeira que assola o país, começam a ser sentidos e, ocasionalmente, apontados.

Neste caso está incluído, por exemplo, o prejuízo causado pelos engarrafamentos rodoviários provocados pelos percursos pendulares, que se estima represente nada menos do que dois por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Outro exemplo, é a subida da semana de trabalho para as 48 horas reais na

Área Metropolitana de Lisboa (AML). Tudo isto, foi compilado num estudo de Eugénio Rosa publicado pelo Gabinete de Estudos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Ligado a este fenómeno, está o aumento do endividamento das famílias, a que não será alheio o recurso ao transporte automóvel no seu quotidiano. Finalmente, com certeza, a alegada baixa produtividade, agora tão evidenciada nas comparações com os parceiros europeus.

Mas, tudo isto está, também, relacionado com o aumento do défice externo, que com a já efectiva e crescentemente expectável subida do preço do petróleo pode disparar para níveis incontroláveis. Igualmente, a ultrapassagem dos limites exigidos pelo Protocolo de Quioto, no que respeita à emissão de gases com efeitos de estufa. Em ambos os casos, as perspectivas para a nossa economia são aterradoras.

No que respeita às finanças públicas, o quadro não podia ser mais negro, como bem o demonstra a polémica em torno das Sem Custos para o Utilizador (SCUT). Apesar dos grandes investimentos efectuados e em execução nos Metropolitanos de Lisboa, Porto e Sul do Tejo e nas ferrovias suburbanas de Lisboa e Porto, a perda de quota dos transportes públicos parece irremediável, como o demonstram a modernização da Linha de Sintra e o comboio na Ponte 25 de Abril. Em consequência de tudo isto, o défice das transportadoras ferroviárias mantém-se em níveis impossíveis de suportar no actual quadro orçamental.

Por outro lado, o alargamento das auto-estradas de acesso à capital para duas por três vias, a que a BRISA está contratualmente obrigada, tem-se revelado tão caro que, em alguns troços, custa tanto como construir uma nova auto-estrada. Trata-se de uma aberração no actual contexto de limitações dos investimentos em infra-estruturas. Por isso, deveria proceder-se à renegociação do contrato com a concessionária, dado que os referidos alargamentos não se justificam de imediato, perante as restrições a que o país é obrigado na actual conjuntura.

Mas, existe um outro dado acerca do qual não são conhecidos estudos: o gigantesco desperdício em capital fixo resultante das centenas de milhares de fogos desocupados nos centros urbanos e da sub-utilização das infra-estruturas e equipamentos aí instalados.

Eis, traçados nesta perspectiva bem negativa, alguns tópicos para a acção do novo Governo: aprofundar o processo de reabilitação dos centros urbanos, apenas iniciado; refrear a especulação imobiliária e fundiária; articular as políticas de transporte com o ordenamento do território; rever e tornar eficaz os instrumentos de planeamento. Além de, ao mesmo tempo, condicionar novas expansões urbanas para “fazer cidade” nos dormitórios suburbanos, consolidando as urbanizações fragmentadas e criando, ou reforçando, novas centralidades.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação à cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

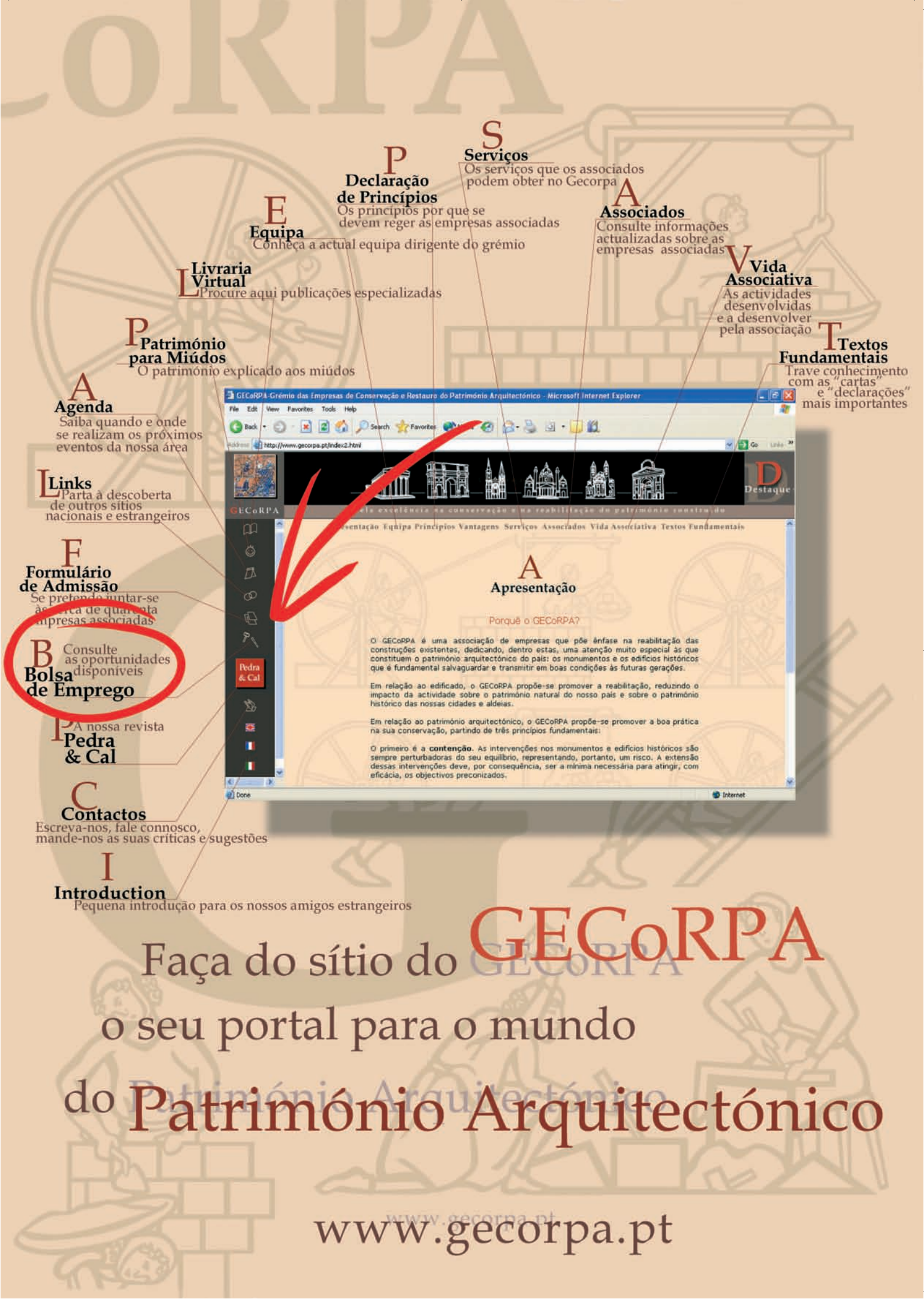
1. EMBAIXADA DA SUÍÇA
2. EDIFÍCIO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
3. EDIFÍCIO NA CALÇADA DA ESTRELA
4. EDIFÍCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
5. CAPELA NA BASE AÉREA Nº1 - SINTRA
6. MORADIA NO RESTELO
7. EPCOS COPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
8. ESSILOR PORTUGAL - RIO DE MOURO



Somafre Construções, Lda.

Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C, Escritório 6, 1600-503 Lisboa

Telf: 217112370 Fax: 217112389 email: mail@somafre.pt www.somafre.pt



S **Serviços**
Os serviços que os associados podem obter no Gecorpa

A **Associados**
Consulte informações actualizadas sobre as empresas associadas

V **Vida Associativa**
As actividades desenvolvidas e a desenvolver pela associação

T **Textos Fundamentais**
Trave conhecimento com as "cartas" e "declarações" mais importantes

D **Destaque**

P **Declaração de Princípios**
Os princípios por que se devem reger as empresas associadas

E **Equipa**
Conheça a actual equipa dirigente do grémio

L **Livraria Virtual**
Procure aqui publicações especializadas

P **Património para Miúdos**
O património explicado aos miúdos

A **Agenda**
Saiba quando e onde se realizam os próximos eventos da nossa área

L **Links**
Parta à descoberta de outros sítios nacionais e estrangeiros

F **Formulário de Admissão**
Se pretende juntar-se à lista de quarenta empresas associadas

B **Bolsa de Emprego**
Consulte as oportunidades disponíveis

P **A nossa revista Pedra & Cal**

C **Contactos**
Escreva-nos, fale connosco, mande-nos as suas críticas e sugestões

I **Introduction**
Pequena introdução para os nossos amigos estrangeiros

Faça do sítio do **GECORPA**
o seu portal para o mundo
do **Património Arquitectónico**
www.gecorpa.pt